



REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA
DA INFORMAÇÃO EM
**CATÁLOGOS DE
MONUMENTOS
HISTÓRICOS**

**GUSTAVO CARDOSO
OLIVEIRA**

FORTALEZA | 2023

GUSTAVO CARDOSO OLIVEIRA

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO EM CATÁLOGOS DE
MONUMENTOS HISTÓRICOS

Monografia apresentada ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Odete Máyra Mesquita Sales.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O47r Oliveira, Gustavo Cardoso.
 Representação Descritiva da Informação em Catálogos de Monumentos Históricos / Gustavo Cardoso
 Oliveira. – 2023.
 93 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
 Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2023.
 Orientação: Profa. Dra. Odete Máyra Mesquita Sales.
1. Memória coletiva. 2. Monumentos históricos. 3. Representação da informação. 4. Catalogação. 5. RDA. I.
 Título.

CDD 020

GUSTAVO CARDOSO OLIVEIRA

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO EM CATÁLOGOS DE
MONUMENTOS HISTÓRICOS

Monografia apresentada ao Curso de
Biblioteconomia do Departamento de Ciências
da Informação da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 11/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Odete Máyra Mesquita Sales (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Ma. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso (Membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra (Suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Agradeço a Deus por ser fortaleza em toda a minha jornada.

Com gratidão, dedico este trabalho à minha mãe Conceição, ao meu primo Jorge Luiz e ao meu padrinho Kildare (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Entrei na graduação em Biblioteconomia em 2020. Após duas semanas de aula, veio a pandemia de Covid-19. Enfrentei dois anos de curso na modalidade a distância. De início, fiquei desorientado e sem expectativas, mas dei o meu melhor e não desisti. O caminho foi longo e desafiador, mas valeu a pena todo o esforço. Certamente, adquiri conhecimentos que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Por isso, tenho muito a agradecer.

A Deus e a todos os anjos e santos por terem iluminado a minha caminhada e me concedido força e sabedoria durante toda a graduação. E à Virgem Maria pelas graças intercedidas junto ao Pai.

À minha amada mãe, Maria da Conceição, por até hoje se dedicar a mim. A senhora sempre foi minha maior referência de amor, determinação e sabedoria. Neste momento, sei que estou realizando um grande sonho seu e continuarei me esforçando para ser um filho melhor. Eu te amo muito!

Ao meu primo Jorge Luiz, por todos os ensinamentos e por ser fonte de inspiração em toda a minha trajetória.

Ao meu padrinho Kildare e à minha madrinha Fátima, por terem acompanhado, junto com a minha mãe, o meu crescimento e formação pessoal e religiosa. Infelizmente, não estão mais presentes, porém, guardo comigo todas as nossas lembranças.

À Maria Aurení (Lala) e à toda a sua família por terem cuidado de mim tão bem durante a minha infância e até hoje se preocuparem comigo.

Ao Colégio Cônego Francisco Pereira, escola na qual eu estudei durante todo o meu ensino infantil, fundamental e médio. Principalmente aos diretores, Sr. Gentil e Sra. Cesarina, por terem permitido a minha permanência no colégio durante 14 anos. Agradeço também aos professores, coordenadores pedagógicos e demais colaboradores por proporcionarem uma educação de qualidade. Levarei todas as instruções e ensinamentos para toda a minha vida. Também agradeço às amigas que fiz durante o período escolar, espero levar nossa amizade para a vida inteira.

À Universidade Federal do Ceará (UFC), pelo espaço proporcionado à troca de ensinamentos, por uma comunidade tão diversa. Obrigado por, mesmo mediante a uma pandemia, prover uma educação de excelência e estimular a produção científica no País.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Odete Máya Mesquita Sales. Muito obrigado pelos apontamentos, dicas e sugestões de melhoria no percurso deste trabalho. A senhora é uma

grande referência pessoal e profissional para mim, agradeço pela orientação nesta pesquisa e na minha carreira acadêmica.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa, Profa. Cyntia Chaves de Carvalho Gomes Cardoso e Profa. Dra. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra por terem aceitado o meu convite e engrandecido minha construção acadêmica, considerando que já cursei disciplinas na graduação ministradas por todos vocês.

Ao Departamento de Ciências da Informação (DCINF), todo o corpo docente e demais colaboradores por toda a atenção e recomendações designadas.

Às minhas amigas que sempre estiveram ao meu lado durante a graduação, Elizabeth e Adriane. Muito obrigado por todos os momentos e conhecimentos compartilhados. Sem vocês a minha trajetória no curso não teria sido a mesma. Beth e Dri, espero que a nossa amizade perdure por muitos anos, admiro muito vocês.

Aos demais colegas que fiz no curso de Biblioteconomia, obrigado pelos momentos de rico aprendizado e de muita alegria compartilhados.

À Revista Extensão em Ação da Pró-Reitoria de Extensão da UFC, principalmente à Narjara, Erineuda e Aline e aos colegas Rosa e Wesley, por todo o período que tocamos o fluxo editorial do periódico que me abriu portas no mercado de trabalho. Sou muito grato a todos.

Aos meus colegas do estágio da Arco Educação: Giovanna, Gabriely, Marina e Bruno. Muito obrigado por proporcionarem momentos felizes e de muito aprendizado no nosso estágio, admiro muito vocês e amo a nossa amizade em grupo.

Às lideranças da Arco Educação: Allan, Thais, Marcos, Maurício e Levhy por todas as instruções e ensinamentos compartilhados. Sem dúvidas, vocês são grandes referências na minha trajetória profissional. Obrigado por todos os feedbacks e pontos de melhoria sinalizados. Também agradeço à Fabiana (Fabi) pelos aprendizados e experiências divididos, espero encontrá-la no mercado editorial algum dia.

À Elisabete Rodrigues Gonçalves, bibliotecária da Biblioteca do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará (IPHAN-CE), por toda a atenção e disponibilidade concedida para a execução deste trabalho.

Por fim, agradeço a toda a minha família, amigos e colegas, pelas contribuições na minha jornada. Sou muito grato por todas as experiências trocadas. Também agradeço a todos os artistas e escritores que deixaram um legado essencial para transformar o mundo em um lugar melhor. Muito obrigado pelas representações e metáforas que tornaram a minha compreensão acerca do mundo e de mim mesmo mais nítida e crítica.

O cristão contempla o ocaso do Sol. A sombra, que desce dos montes e cobre o vale, penetra sua alma. Lembra-se do lugar onde nasceu, dos entes queridos que ali deixou. Sabe ele se tornará a vê-los algum dia? (Alencar, 1865, p. 13)

RESUMO

Ao longo da história, as sociedades produziram representações que ilustravam seu cotidiano e suas crenças, afirmando uma identidade cultural. As experiências e eventos de um povo eram recordados por meio da memória coletiva, expressa em narrativas orais, documentos escritos e artefatos tridimensionais. Com o desenvolvimento das bibliotecas, esses registros passaram a ser preservados e compilados em uma unidade, os catálogos. Tendo em vista a necessidade de salvaguardar a memória de uma sociedade, esta pesquisa tem como objetivo principal propor um modelo de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza. O referencial teórico aborda a memória coletiva e seu legado representado em monumentos históricos, além de apresentar o novo código de catalogação digital, RDA, e os modelos conceituais que fundamentaram sua concepção, como instrumentos de representação descritiva da informação. A pesquisa possui natureza aplicada, abordagem qualitativa e caráter descritivo, tendo como instrumentos de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental. O procedimento analítico adotado é a análise de conteúdo, que possibilitou a manipulação das mensagens, seu conteúdo e sua expressão, evidenciando relações presentes no material analisado. Para tanto, foi preparada uma amostra composta pela catalogação de três monumentos históricos de Fortaleza possíveis de serem analisados em sua totalidade, e o modelo proposto foi apresentado. Os resultados obtidos apontaram a inovação que o RDA oferece no registro desses bens em ambiente digital, proporcionando instruções pertinentes para a sua catalogação. Portanto, conclui-se que as técnicas utilizadas na atuação bibliotecária são indispensáveis para a preservação da memória coletiva.

Palavras-chave: memória coletiva; monumentos históricos; representação da informação; catalogação; RDA.

ABSTRACT

Throughout history, societies have produced representations that illustrate their daily lives and beliefs, affirming a cultural identity. The experiences and events of a people were remembered through collective memory, expressed in oral narratives, written documents and three-dimensional artifacts. With the development of libraries, these records began to be preserved and compiled into a unit, the catalogues. Considering the need to safeguard the memory of a society, this research's main objective is to propose a digital cataloging model for the historical monuments of the city of Fortaleza. The theoretical framework addresses collective memory and its legacy represented in historical monuments, in addition to presenting the new digital cataloging code, RDA, and the conceptual models that supported its conception, as instruments for the descriptive representation of information. The research has an applied nature, qualitative approach and descriptive characteristic, using bibliographic and documentary research as data collection instruments. The analytical procedure adopted is content analysis, which made it possible to manipulate the messages, their content and their expression, highlighting relationships present in the analyzed material. To this end, a sample was prepared consisting of the cataloging of three historical monuments in Fortaleza that could be analyzed in their entirety, and the proposed model was presented. The results obtained highlighted the innovation that the RDA offers in registering these assets in a digital environment, providing relevant instructions for their cataloging. Therefore, it is concluded that the techniques used in library work are crucial for the preservation of collective memory.

Keywords: collective memory; historical monuments; information representation; cataloguing; RDA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relacionamentos modelo FRBR.....	38
Figura 2 – Relacionamentos modelo FRAD.....	40
Figura 3 – Relacionamentos entidades dos Grupos 1 e 2 do modelo FRBR.....	41
Figura 4 – Relacionamentos modelo FRSAD	43
Figura 5 – Fotografia da Casa Natal de José de Alencar.....	53
Figura 6 – Fotografia da Iracema - Musa do Ceará.....	56
Figura 7 – Fotografia do Monumento a José de Alencar	59
Figura 8 – Relacionamentos modelo FRBR da amostragem.....	62
Figura 9 – Relacionamentos modelo FRAD da amostragem	63
Figura 10 – Relacionamentos modelo FRSAD da amostragem	64
Figura 11 – Modelo de interface do catálogo digital.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do código RDA	33
Quadro 2 – Tarefas de usuários do modelo FRBR.....	36
Quadro 3 – Grupos de entidades do modelo FRBR	37
Quadro 4 – Tarefas de usuário do modelo FRAD	39
Quadro 5 – Tarefas de usuário do modelo FRSAD.....	42
Quadro 6 – Exemplo da listagem dos monumentos não-intencionais.....	49
Quadro 7 – Exemplo da listagem dos monumentos intencionais.....	50
Quadro 8 – Exemplo da seleção das seções do RDA	50
Quadro 9 – Casa Natal de José de Alencar catalogada de acordo com o RDA.....	53
Quadro 10 – Iracema - Musa do Ceará catalogada de acordo com o RDA.....	56
Quadro 11 – Monumento a José de Alencar catalogado de acordo com o RDA	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	Código de Catalogação Anglo-Americano
AACR2	Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição
ALA	<i>American Library Association</i>
FRAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade
FRANAR	<i>Functional Requirements of Authority Numbering and Records</i>
FRBR	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos
FRSAD	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto
FRSAR	<i>Functional Requirements for Subject Authority Records</i>
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN-CE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará
LA	<i>Library Association</i>
LC	Biblioteca do Congresso
MARC	<i>Machine Reading Cataloguing</i>
MINC	Ministério da Cultura
RDA	Recursos: Descrição e Acesso
SECULTFOR	Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA	18
2.1	MONUMENTOS HISTÓRICOS	23
3	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO	26
3.1	RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)	31
3.1.1	Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)	34
3.1.2	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)	38
3.1.3	Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD)	42
4	METODOLOGIA	45
5	PROPOSTA DE CATALOGAÇÃO EM MEIO DIGITAL DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE FORTALEZA	48
5.1	PRÉ-ANÁLISE	49
5.2	EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	51
5.3	TRATAMENTOS DOS RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS	69
	APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE FORTALEZA	75
	APÊNDICE B – SELEÇÃO DAS SEÇÕES DO RDA	84

1 INTRODUÇÃO

As primeiras bibliotecas surgiram na Antiguidade e com elas veio a necessidade de organizar a numerosa quantidade de informações armazenada, uma vez que sempre foi característico do ser humano registrar o conhecimento adquirido em algum tipo de suporte. Com o decorrer do tempo, o número de informações registradas aumentou consideravelmente, impulsionado pela criação de novas formas de registro. Esse crescimento fomentou o desenvolvimento de técnicas para a organização dessas informações, visando torná-las mais acessíveis e facilitar a sua recuperação e o seu uso.

Nesse contexto, com o objetivo de tornar a informação verdadeiramente útil, é necessário que ela seja devidamente organizada, estruturada e contida, caso contrário, ela “permanecerá amorfa e inutilizável” (McGarry, 1999, p. 11). Ou seja, as informações que não recebem o tratamento adequado para serem recuperadas posteriormente, são apenas dados armazenados e se não puderem ser utilizadas como insumo para novos conhecimentos, é como se não existissem. Por isso, é essencial que haja técnicas e métodos eficazes de organização da informação, para que ela possa ser utilizada de forma produtiva e vantajosa e possa garantir a preservação do conhecimento e da cultura.

Dentre as técnicas necessárias para a organização da informação, está a catalogação, que consiste no processo de descrever e identificar itens, tais como livros, documentos, objetos de arte, entre outros, por meio de informações detalhadas sobre suas características físicas, conteúdo e outros aspectos relevantes. Como resultado do processo de catalogação, surgem os catálogos, considerados uma tecnologia que visa administrar toda a informação em certa unidade, permitindo que o usuário satisfaça as suas necessidades informacionais. Em suma, a catalogação é o processo de identificar e descrever os itens de um acervo, enquanto o catálogo é o registro dessas descrições.

Outrossim, vale salientar que os catálogos podem ser considerados instrumentos de preservação da memória em vários aspectos. Eles podem preservar informações sobre produtos, serviços ou coleções que podem ter significado cultural, histórico ou pessoal. Também podem ser utilizados para ajudar a recuperar informações perdidas, uma vez que a memória humana é falha, estando sujeita a enganações e ao esquecimento. Desse modo, para garantir que as informações registradas nos catálogos sejam precisas, consistentes e possam ser compreendidas pelos usuários, a catalogação segue regras e padrões específicos, contidos principalmente no tradicional, Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição – *Anglo-American Cataloguing Rules, second edition* (AACR2), e no digital, Recursos: Descrição e Acesso –

Resources, Description e Access (RDA). Ambos essenciais para garantir a preservação e o acesso a itens culturais e educacionais valiosos, bem como para apoiar o conhecimento e a pesquisa.

Essa preservação da memória é fundamental para a construção da identidade de um povo. Através da catalogação de monumentos históricos, por exemplo, torna-se possível o registro de sua localização, características arquitetônicas, materiais utilizados em sua construção e seu valor histórico e cultural, permitindo que esses monumentos sejam monitorados e mantidos ao longo do tempo. Nesse sentido, tendo em vista que a representação descritiva desses bens destaca a importância da preservação da história e dos patrimônios de uma sociedade, garantindo a continuidade da memória coletiva, questiona-se: Como estes patrimônios, localizados na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, devem ser catalogados em meio digital, a fim de fornecer dados que possibilitem o estudo, a pesquisa, a fiscalização e a salvaguarda destes bens?

Não obstante, a Edição Digital do Jornal O POVO noticiou no dia 17 de novembro de 2022, às 18 horas e 42 minutos, que os monumentos históricos da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, não são catalogados pela Prefeitura. A notícia redigida pelo autor Gabriel Borges, deixou claro a importância destes patrimônios para a preservação da memória da Capital e do Estado e também ressaltou que a Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) afirmou em nota que ainda pretende iniciar um processo de catalogação de monumentos e esculturas em vias e praças públicas da Capital, com o intuito deste levantamento fornecer dados e estudos técnicos para a elaboração de políticas públicas de proteção e salvaguarda dos bens (Borges, 2022).

Consequentemente, evidencia-se a necessidade que existe em torno da catalogação dos monumentos históricos da capital do Ceará. As informações adquiridas durante esse processo desempenharão um papel significativo para a Biblioteconomia, visto que fornecerão subsídios para a gestão e a conservação desses patrimônios, permitindo tomadas de decisões precisas sobre sua preservação e valorização. Esses registros também podem ser utilizados para a produção de materiais didáticos, pesquisas acadêmicas, publicações e exposições, contribuindo para a pesquisa e a produção de conhecimento sobre a história e a cultura dessa região.

Além disso, vale ressaltar que os bibliotecários executam um papel fundamental na digitalização de materiais históricos e na gestão de arquivos digitais, garantindo que esses recursos estejam disponíveis online para o público e pesquisadores interessados. Esses profissionais também atuam como mediadores e facilitadores do acesso a uma variedade de materiais culturais e históricos, assegurando a sua integridade e permanência e “contribuindo

para a conscientização dos usuários destes acervos como cidadãos responsáveis pela preservação do patrimônio histórico cultural” (Carteri, 2004, p. 47). Dessa forma, utilizando-se de técnicas e instrumentos próprios da atuação bibliotecária, tornar-se-á possível a catalogação em meio digital dos monumentos históricos de Fortaleza, atentando para a preservação da memória coletiva da cidade.

Com base nessas considerações, o autor desta pesquisa teve como inspiração a cidade onde nasceu e mora atualmente, Fortaleza, definida como objeto de estudo, e a sua fascinação pelas técnicas de organização e representação da informação utilizadas na Biblioteconomia, com foco na catalogação. A forma como as informações são apresentadas aos usuários no mundo moderno é bastante atrativa, entretanto, o processo de organização, representação, seleção e estruturação são ofuscados pela experiência intuitiva que o usuário tem ao navegar em um catálogo. Ademais, tendo os monumentos históricos como obras artísticas e marcas da memória coletiva de sociedades do passado que se misturam à paisagem urbana e ao fluxo agitado das grandes cidades, observa-se a representação da informação em dois aspectos: 1) como produto da organização da informação, voltada para facilitar o acesso e uso dos usuários e 2) como forma tangível de registro de ideias e valores culturais gravados em monumentos. Assim, representar a informação torna-se essencial para o ser humano registrar suas ideias, conhecimentos e reflexões e organizá-las em uma unidade. Ou seja, sem ela, as experiências e informações não são armazenadas e lembradas, impedindo a construção da memória coletiva. Por essa razão, optou-se pela abordagem de tal temática. Com isso, cabe afirmar que a representação da informação tem a capacidade de ultrapassar os limites de tempo e, por meio desta pesquisa, pretende-se contribuir para a preservação da história da cidade de Fortaleza.

Diante do exposto, é inteligível que o estudo realizado acerca do tema contribui efetivamente para o processo contínuo de atualização na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. De início, o objetivo geral desta pesquisa é propor um modelo de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza. Especificamente, busca-se:

- a) Listar os monumentos históricos situados na cidade de Fortaleza;
- b) Selecionar as seções do RDA mais relevantes para a catalogação destes monumentos;
- c) Realizar as atribuições dos dados relativos aos monumentos nas respectivas seções do RDA;
- d) Apresentar o modelo de catalogação no RDA para os monumentos históricos de Fortaleza.

Com o propósito de atingir esses objetivos, foi adotada uma metodologia de natureza aplicada com abordagem qualitativa e caráter descritivo, que se concentrou em adquirir conhecimentos para aplicação prática, levando em consideração as particularidades de cada elemento observado e as possíveis relações de suas descrições. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, uma vez que foi preciso realizar uma listagem acerca dos monumentos históricos da cidade de Fortaleza e suas respectivas descrições, além de verificar as diretrizes e instruções do RDA necessárias para catalogar esses bens. Por conseguinte, como técnica de análise de dados optou-se pela análise de conteúdo, considerando que ela possibilita a manipulação das mensagens, seu conteúdo e sua expressão, evidenciando padrões e relações presentes no material analisado.

Nesse contexto, a presente pesquisa está organizada em seis seções. De início, a introdução contextualiza os temas abordados no estudo, expondo o problema de pesquisa e seus objetivos, justificando em âmbito acadêmico, social e pessoal a escolha da temática, apresentando a metodologia utilizada e, assim, revelando o esboço do trabalho.

Em seguida, a segunda e a terceira seção deste estudo abrangem o referencial teórico da pesquisa, que discorre sobre a preservação da memória coletiva e o seu legado incorporado em monumentos históricos. Ademais, é abordada a organização e representação da informação como meios de preservação da memória, dando importância à representação descritiva da informação, principalmente no que se refere às tendências atuais. Ou seja, ao novo código de catalogação digital, RDA, e aos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD, que serviram de base para a sua concepção.

Na quarta seção, foi descrita a natureza da pesquisa, assim como a sua abordagem e o seu caráter. Outrossim, também foram expostos os instrumentos de coleta de dados utilizados, o procedimento analítico empregado e suas respectivas etapas.

Posteriormente, no quinto capítulo, os métodos, abordados na seção anterior, foram aplicados e a proposta de catalogação foi efetuada, apresentando o *corpus* do trabalho, sua codificação e categorização, e o tratamento dos resultados a partir de interpretações e inferências.

Por fim, na sexta e última seção, as considerações finais resgatam a questão-problema e os objetivos pontuados na introdução do estudo, traçando reflexões e ponderações provenientes de seu percurso. Com isso, pretende-se que esta pesquisa possa contribuir para discussões acerca da preservação da memória coletiva, utilizando-se do ambiente digital e da atuação bibliotecária para manter a história da cidade de Fortaleza protegida e gerar insumos para futuras aplicações de natureza social, educacional ou científica.

2 PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

A forma como o ser humano compreende o mundo envolve não apenas a sua percepção sensorial, mas também processos cognitivos complexos, como a memória, a linguagem e a aprendizagem. Além disso, as crenças e os valores individuais são capazes de influenciar o modo como as pessoas percebem e interpretam a realidade, o que pode levar a diferentes visões de mundo e conflitos entre indivíduos e grupos. Ou seja, essa compreensão do ser humano abrange tanto processos cognitivos individuais, como as suas interações sociais e culturais.

O conjunto de histórias, experiências compartilhadas, tradições, eventos e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração desempenham um papel crucial na formação da identidade cultural e na compreensão da história de um grupo, uma vez que a memória não é apenas um fenômeno individual e pode se estender até as comunidades. Dessa forma, entende-se por memória, “a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento” (Chapouthier, 2005, p. 9). Ou seja, é uma função mental que permite a recordação de eventos, conhecimentos, habilidades e emoções adquiridas ao longo do tempo, sendo essencial no desenvolvimento da linguagem, do pensamento e do raciocínio. A partir da memória, o ser humano constrói sua identidade pessoal e desenvolve uma compreensão acerca do mundo e da própria história. Com efeito, torna-se possível afirmar que a memória é a conservação e acumulação do passado no presente, representando a totalidade de vivências.

Nesse contexto, Monteiro, Carelli e Pickler (2008) definem três categorias: a preservação, a lembrança e o esquecimento. A lembrança está relacionada à capacidade de recuperar informações e experiências armazenadas na memória. Sendo a habilidade de trazer à mente algo que foi aprendido e experimentado no passado. Dessa maneira, Ricoeur (2007, p. 71) considera que

“lembrar-se” é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, “fazer” alguma coisa. O verbo “lembrar-se” faz par com o substantivo “lembrança”. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é “exercitada”.

Ou seja, o que define o exercício da memória é o seu uso e a energia empenhada para trazer informações nela presentes de volta à tona. Enquanto o esquecimento envolve a perda ou a dificuldade de recuperação de informações armazenadas.

O esquecimento acontece, portanto, porque recebemos informações o tempo todo, tornando a atividade de gravar tudo o que vemos, sentimos e ouvimos em nossa memória, impossível. Dessa forma, o cérebro trabalha processando os dados recebidos, armazenando o que é importante e descartando o que não tem utilidade;

assim, esquecer é tão natural quanto lembrar (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008, p. 5 *apud* Izquierdo, 2002).

Ambos são processos internos relacionados à retenção e à recuperação das informações na memória. Ricoeur (2007, p. 424) pondera que

[...] a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. Heródoto ambiciona preservar do esquecimento a glória dos gregos e dos bárbaros. E nosso famoso dever de memória enuncia-se como uma exortação a não esquecer. Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria.

Nessa perspectiva, a preservação da memória busca manter a integridade e proteção das informações que contêm memórias significativas. Exemplo disso são as bibliotecas que armazenam e preservam suportes de informação, auxiliando na construção da memória de um povo. Visto que a sua prioridade é organizar os registros da humanidade para futura busca e recuperação. Dessa forma, “a preservação tem por objetivo guardar a memória dos acontecimentos, suas origens, sua razão de ser” (Tomaz, 2010, p. 6).

De fato, a preservação da memória é fundamental para a construção da identidade cultural e histórica de um povo, permitindo que uma sociedade valorize o seu patrimônio e entenda sua história. Para Cardoso (2015, p. 37),

a cultura, a forma como os indivíduos se relacionam socialmente, suas experiências pessoais; todos esses elementos influenciam diretamente na construção do corpo memorial que, ainda assim, é flexível e pode se modificar a cada evocação feita, ainda que referente ao mesmo episódio vivido.

Assim, a memória preservada permite que uma comunidade ou nação se reconheça como parte de uma continuidade histórica, compreendendo como eventos passados influenciaram e moldaram seu presente. Halbwachs (1990, p. 25) argumenta que

[...] se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias.

Em virtude disso, tem-se a memória coletiva como “aquela que ultrapassa a memória individual e biológica de um indivíduo por ser a memória de uma sociedade” (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008, p. 6). Na memória coletiva, o passado é continuamente reconstruído e revivido, ao mesmo tempo em que adquire novos significados. Nesse contexto, a memória coletiva pode ser interpretada como uma expressão viva da história. Para Halbwachs (1990), ela desempenha

um papel vital nos fenômenos históricos, preservando o valor do passado para a sociedade, tendo em vista que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social.

Portanto, destaca-se a memória como um processo dinâmico e em constante evolução, sujeito a influências e interpretações do presente. Ela não é uma entidade estática, mas sim uma construção que ocorre em relação ao contexto atual. A memória coletiva serve de fonte de continuidade temporal das identidades coletivas e que, quando codificada, se presta à formação de tradições (Barash, 2012). Ou seja, ela é intrinsecamente relacional e pode ser reavivada por diversos elementos externos ao indivíduo, sendo o patrimônio cultural preservado um desses elementos-chave que desempenha um papel crucial ao garantir a continuidade da memória coletiva.

Através da conservação de objetos, edifícios históricos, monumentos, documentos e outras formas de patrimônio, as sociedades asseguram que as experiências, eventos e valores do passado não sejam esquecidos. Esses artefatos tangíveis atuam como âncoras para a memória coletiva, proporcionando uma conexão física e palpável com o passado. Ao interagir com esses elementos preservados, as pessoas podem acessar de maneira mais vívida as histórias, contextos e sentimentos que moldaram suas culturas e identidades. Sales (2022, p. 71) pondera que “a guarda desses registros, por opção ou inconscientemente, configura nas primeiras ações de preservação da informação”.

Através da preservação, torna-se possível salvar a sociedade do esquecimento. Isso ocorre porque qualquer grupo social que perde sua memória fica sem condições de refletir sobre sua própria identidade e sobre o outro, sem alteridade. Portanto, destaca-se a capacidade do patrimônio em evocar a memória dos indivíduos historicamente conectados a ele. Chagas (2002, p. 36) conceitua patrimônio como

um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais envolvendo saberes e práticas sociais, a que se atribui determinados valores e desejos de partilha (perspectiva sincrônica) entre contemporâneos e de transmissão (perspectiva diacrônica) de uma geração para outra geração.

Não obstante, em sua acepção original, a definição de patrimônio se resumia a um “bem de herança que, seguindo as leis, descende dos pais e mães para seus filhos” (Choay, 2011, p. 11 *apud* Liitré, 1964). Entretanto, durante a Idade Média, com a construção de monumentos religiosos que eram vistos como “obras vivas da nação” (Grammont, 2006, p. 437), a preocupação em torno da preservação histórica e valor artístico tornou-se mais evidente. Séculos depois, no Iluminismo, a criação dos primeiros museus instigou a conservação da memória e o seu valor cognitivo, tendo em vista a democratização de seu acesso à população.

E, finalmente, com a Revolução Francesa, essa prerrogativa se fortaleceu em virtude da necessidade de construção de uma identidade nacional aliada ao receio da perda e destruição de monumentos históricos em virtude das guerras (Costa, 2020 *apud* Castro, 2008; Choay, 2001; Fonseca, 2005).

Consequentemente, destaca-se o papel vital que o patrimônio desempenha na preservação da memória e na prevenção do esquecimento. Ele conecta as pessoas ao seu passado, promove a compreensão e a valorização de sua cultura e história, e fornece uma base sólida para o crescimento e a continuidade da sociedade. Segundo Vianna (2016, online):

O conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, *bens* de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade. *Patrimônio cultural* remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades.

Dessa forma, “a percepção de patrimônio inicialmente tida como propriedade privada dá lugar ao interesse cultural coletivo” (Costa *et al.*, 2020, p. 282). Portanto, investir na preservação e no cuidado do patrimônio é uma maneira importante de garantir que o legado da sociedade seja transmitido para as futuras gerações. No Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, online):

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Esse conceito mais amplo de patrimônio cultural foi estabelecido no País devido à preocupação com os bens de natureza imaterial manifestada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Ministério da Cultura (MINC). Isso ocorre porque, de acordo com Canclini (1990), o patrimônio é composto de bens diversos, como centros históricos, artesanato, monumentos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação, não estando apenas presente em bens físicos, mas também em bens culturais. Dessa forma, o conceito de patrimônio cultural engloba bens materiais e imateriais, permitindo percebê-los como parte de uma construção cultural.

Contudo, Canclini (1990, p. 99) salienta que “a quase totalidade dos estudos e das ações destinadas a conhecer, preservar e difundir o patrimônio cultural continuam se ocupando apenas dos monumentos”. Dado que o termo *patrimônio* possuía apenas uma conotação econômica até substituir a forma lexical *monumento*, utilizada para se referir a todo artefato que despertasse

alguma lembrança, tendo em vista uma maior abrangência de significados (Choay, 2011). Além disso, havia um certo elitismo em torno de arquitetos, arqueólogos e restauradores, que voltavam seus estudos apenas aos bens tangíveis (Canclini, 1990).

Outrossim, cabe ressaltar também o tombamento como instrumento de proteção dos patrimônios culturais materiais, objetos de estudo dessa pesquisa. Conforme Rabello (2015, p. 1), o tombamento “é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos”. Desse modo, o tombamento se torna uma das diversas formas de proteção administrativa ao patrimônio cultural. A Constituição Federal de 1998 (Brasil, 1998, online) ainda destaca que:

Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Assim, torna-se evidente que a imposição do tombamento tem como principal objetivo a preservação de bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis, que detêm significado cultural. Isso resulta na estipulação de responsabilidades tanto para os proprietários dos bens tombados quanto para as autoridades públicas, bem como para a comunidade em geral, com o intuito de assegurar a manutenção e a conservação do patrimônio cultural (Rabello, 2015). Todavia, Mota, Cavalcante e Feitosa (2015, p. 302) afirmam que

mesmo com a preocupação do poder público em resguardar esses bens de valor histórico-cultural, mediante tombamento, eles acabam ficando esquecidos, sucumbindo à ação do tempo, seja pela falta de estrutura pública em manter a preservação e conservação, ou pela ação humana que, sem o conhecimento e entendimento do que significam, passa a atentar contra a sua integridade e existência.

Em decorrência disso, percebe-se a importância de ações de preservação e conscientização a estes bens que garantem a continuidade da memória coletiva. Para Ricoeur (2007, p. 455), “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem, na escala da memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história da memória é capaz de trazer à luz”. Por isso, é fundamental a valorização de edifícios históricos, monumentos, obras de arte, danças, músicas, rituais e conhecimentos tradicionais como parte integrante da identidade de uma sociedade. Assim como a existência desses patrimônios precisa desempenhar sua função social e evitar que os cidadãos sofram conflitos de natureza identitária.

2.1 MONUMENTOS HISTÓRICOS

A memória coletiva de uma sociedade é moldada pela representação de eventos históricos em monumentos como forma de preservação cultural. As civilizações antigas deixaram como marcas e vestígios de sua história e cultura templos religiosos dedicados aos seus deuses, pirâmides que abrigavam cadáveres mumificados e outras construções que proporcionam um vislumbre de como o ser humano se comportava há milhares de anos. Portanto, cabe afirmar que os monumentos carregam em si não apenas o material de que são compostos, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados, sendo capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram (Tomaz, 2010). De acordo com Riegl (2006, p. 43),

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos).

Nesse contexto, os monumentos desempenham um papel essencial na preservação e na construção da memória coletiva de uma sociedade. Eles servem como testemunhas tangíveis do passado, lembrando eventos, pessoas e ideias que moldaram a história de um lugar, permitindo visualizar e experimentar de forma palpável aspectos importantes, como a arquitetura, a arte, a religião, a política e a vida cotidiana de épocas passadas. Riegl (2006) ainda segmenta os monumentos em intencionais, “elaborados para se lançarem ao futuro como portadores de uma mensagem, portanto atribuídos de valor simbólico no momento mesmo de sua fatura” (Riegl, 2006, p. 38) e em não-intencionais, “com o valor simbólico atribuído posteriormente, em um tempo sempre presente” (Riegl, 2006, p. 38).

Nessa perspectiva, Riegl (2006) trata dos valores de rememoração que se dividem em outros três valores. O primeiro é o valor histórico que “reside no fato de que representa para nós um estado particular, de alguma forma único, no desenvolvimento de um domínio humano” (Riegl, 2006, p. 47). Isso ocorre porque os monumentos representam algum momento da história humana e têm como objetivo preservar a memória dos acontecimentos. Segundo Le Goff (1990, p. 462), a palavra latina *monumentum*

é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Considerando isso, tem-se o segundo que é o valor de antiguidade, que “manifesta-se, à primeira vista, pelo seu aspecto não moderno” (Riegl, 2006, p. 70). O autor afirma que a beleza do monumento, muitas vezes, reside nos seus traços de decomposição, que trazem sensibilidade e romantismo ao sujeito moderno (Riegl, 2006). Isto é, as pessoas conseguem perceber a importância dos monumentos a partir dos efeitos que o tempo lhe causa, traduzindo aquela sensação de contemplar um artefato que presenciou inúmeros eventos de seus antepassados em épocas distintas naquela região.

Diante disso, cabe afirmar que o valor de antiguidade aprecia o passado em si, enquanto o valor histórico tende a isolar um momento do desenvolvimento histórico e apresentá-lo de maneira tão precisa que parece pertencer ao presente (Riegl, 2006). Assim, o terceiro se torna o valor de rememoração intencional que “liga-se ao fato da edificação do monumento: ele impede quase definitivamente que um momento sucumba no passado, e o guarda sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras” (Riegl, 2006, p. 85). Este valor remete-se à durabilidade, exigindo que o monumento seja eterno e imortal.

Outrossim, vale salientar que os monumentos também são elos indispensáveis à história da arte. Existem diversas discussões em torno da estreita relação de monumentos históricos e monumentos artísticos. Todavia, Riegl (2006) afirma que todo monumento histórico também é considerado artístico e vice-versa. Isso ocorre devido ao fato de que

todo monumento de arte é, sem exceção e simultaneamente, um monumento histórico, na medida em que representa um estado determinado na evolução das artes plásticas e não pode encontrar, em sentido estrito, um equivalente. De modo inverso, todo monumento histórico é também artístico, porque mesmo um pequeno escrito, como um folheto rasgado sobre o qual se encontra registrada uma nota breve e sem importância, comporta, além do valor histórico expressado na evolução da fabricação do papel, da escrita, dos meios utilizados para escrever, etc., uma série de elementos artísticos: a configuração do folheto, a forma dos caracteres e a maneira de associar (Riegl, 2006, p. 45).

Em suma, o monumento histórico possui um valor abstrato de saber, mas também possui uma sensibilidade estética resultante de uma experiência concreta. Assim, o monumento caracteriza-se pela sua função identificatória e pela sua materialidade, ancorando a sociedade em um espaço natural e cultural, e na dupla temporalidade dos humanos e da natureza (Choay, 2011). Sua estrutura e aparência podem permanecer estáveis por longos períodos, todavia, tudo à sua volta sempre vai estar em constante mudança. Desse modo, os monumentos se eternizam no imaginário dos cidadãos e se transformam em símbolos histórico-culturais, estabelecendo uma comunicação entre antigas e novas gerações.

De fato, os monumentos históricos são grandes portadores da história de uma época, podendo adquirir diversos formatos. Estátuas, bustos, esculturas, obeliscos, edificações e outras formas artísticas de representação podem ser consideradas como tal mediante o seu valor histórico-cultural e a sua monumentalidade. Oliveira e Lopes (2018) explicam que a monumentalidade ultrapassa os limites materiais de um espaço, atuando na dimensão do simbólico e representando valores, ideias e concepções daqueles que a utilizam. Ela é uma categoria abstrata inerente ao monumento, mas também o transcende. Dessa forma, esse patrimônio não deve ser considerado apenas como um objeto presente no espaço urbano, mas sim como uma ideia capaz de adentrar e viajar no imaginário de quem está ao seu redor.

Nessa perspectiva, tendo em vista o pleno exercício de sua função de instrumento de propagação da memória, esses bens “precisam, não apenas ser considerados como tal e tombados pelos órgãos responsáveis, mas também preservados, conservados, valorizados e reconhecidos pela sociedade, o que pode ocorrer mediante educação patrimonial” (Mota; Cavalcante; Feitosa, 2015). Frequentemente, considerado um museu a céu aberto, o monumento é um legado à memória coletiva, edificado pelo homem para carregar consigo uma carga de concepções que o tornarão símbolo de uma mensagem que quis ser transmitida (Moreira Rodrigues, 2001). Essas mensagens compartilham informações da história de um povo e de uma região que, por intermédio de ações de educação patrimonial, geram sentimentos de pertencimento aos cidadãos que vivem a experiência de compreender o valor daquela obra, que representa uma personalidade real ou fictícia, um evento ou uma ideologia presente na memória coletiva daqueles que o construíram e daqueles que o contemplam.

Em virtude disso, torna-se evidente que os monumentos históricos são considerados testemunhos tangíveis do passado e possuem valor cultural, artístico ou arquitetônico significativo. A memória coletiva consegue ser preservada por intermédio deles. É importante ressaltar que o controle e a salvaguarda dos monumentos são essenciais para garantir a sua preservação a longo prazo e proteger o seu valor histórico. Um registro abrangente de todos os monumentos históricos de determinada cidade, por exemplo, que inclua informações detalhadas sobre sua localização, características, valor histórico e estado de conservação ajudaria na identificação, manutenção e monitoramento destes bens. Uma vez que a sua integridade física é comprometida no decorrer do tempo. Portanto, destaca-se a importância dos monumentos históricos para a preservação da memória coletiva e a necessidade do registro de suas descrições em uma unidade para melhor proteção e salvaguarda.

3 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO

As primeiras representações do ser humano datam de milhares de anos atrás, durante a Pré-História. Nessa época, as pessoas utilizavam principalmente pinturas rupestres para retratar a si mesmas e a outros seres vivos. Essas pinturas eram feitas em paredes de cavernas e rochas e representavam cenas do cotidiano, como caça, dança e rituais religiosos. Embora simples, em comparação com as obras de arte mais sofisticadas de períodos posteriores, essas pinturas oferecem um fascinante vislumbre da vida e cultura daqueles povos. Isso ocorre porque, de acordo com Durand (1997), todo pensamento humano é uma representação, visto que o ser humano sempre procurou representar simbolicamente o mundo ao seu redor e, nesse caso, as pinturas rupestres eram os elementos utilizados para a representação da realidade.

Da mesma forma, os primeiros escritos eram registrados pela humanidade em suportes naturais, como pedras e cascas de árvores até a invenção do papiro e do pergaminho. Posteriormente, a criação e a difusão do papel transformaram este elemento no suporte mais comum, para a escrita, do mundo. Posto isso, com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg no século XV, o registro e a disseminação de informações em larga escala se tornaram possíveis. Desde então, a humanidade tem produzido e armazenado uma quantidade cada vez maior de informações em diferentes formatos, incluindo livros, jornais, revistas, fotografias, vídeos e muito mais. Com o advento da tecnologia digital, o número de informações disponíveis aumentou exponencialmente, evidenciando a busca incessante do ser humano pelo conhecimento e a sua capacidade de registrar e preservar suas ideias e visões acerca do mundo.

Nesse sentido, é indiscutível que o ser humano precisou ordenar e estabelecer uma estrutura para conseguir armazenar e administrar toda aquela informação produzida. Segundo Café e Sales (2010), o ser humano precisa organizar para compreender o mundo e se comunicar melhor. Portanto, organizar é submeter, segundo um plano de conjunto preconcebido, as coisas a uma tarefa determinada, e a organização é o resultado desta atividade (Lewinsohn, 1941). Sabendo que a informação, quando não estruturada e contextualizada, é apenas um dado e permanece amorfa até ser tratada, o processo de Organização da Informação consegue torná-la utilizável como insumo para a construção de saberes, ao compreender

[...] todos os estudos relacionados aos processos e instrumentos utilizados na organização de recursos informacionais de qualquer natureza, no intuito de viabilizar o atendimento às necessidades de informação de uma determinada comunidade de usuários (Lima, 2020, p. 63).

Sob esse prisma, é importante ponderar que a Organização da Informação objetiva organizar e tornar acessível a informação existente em diversos tipos de suporte, facilitando a busca e a recuperação por parte dos usuários. Desse modo, esse processo, para ser efetivado, necessita da descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, tendo como produto a Representação da Informação.

Representar é o ato de utilizar elementos simbólicos, como desenhos, figuras, imagens, textos, para substituir um objeto informacional, de modo que não precise acessá-lo na íntegra para conhecer seu conteúdo. Representar pode significar também “fazer presente, manifestar ou apresentar pela segunda vez” (Pitkin, 1979, p. 8). Dessa forma, a Representação da Informação é entendida por Bräscher e Café (2008) como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico. Ela tem como função demonstrar a essência do documento durante a transferência da informação do emissor ao receptor, considerando a sua recuperação (Novellino, 1998).

Desde as primeiras tentativas de registro do conhecimento em suportes que permitissem o armazenamento e a recuperação posterior para uso, ocorre a Representação da Informação, porém, ela não se reduz à escrita, mas se relaciona com os modos de simbolizar a informação e o conhecimento. Nesse âmbito, divide-se a Representação da Informação em duas vertentes: 1) Representação Descritiva da Informação ou Catalogação e 2) Representação Temática da Informação ou Indexação. Ambas as abordagens são cruciais para facilitar a descoberta e o acesso eficaz à informação, a primeira enfatizando os detalhes e características de um recurso e a segunda enfocando os conceitos e os assuntos tratados nele. O presente trabalho evidenciará a primeira vertente como técnica a ser utilizada para a efetivação dos objetivos estabelecidos.

Na Biblioteconomia, a catalogação surgiu juntamente com as primeiras bibliotecas na Antiguidade, caracterizando a necessidade de organizar e de tornar acessíveis as informações produzidas e armazenadas daquela época. A biblioteca mais antiga de que se tem conhecimento reunia obras em tábulas de argila e documentos em escrita cuneiforme, que se encontravam nas estantes de acordo com o seu conteúdo temático (Mey; Silveira, 2009). No entanto, os bibliotecários, responsáveis pela organização e pela preservação dos registros e dos documentos armazenados, perceberam que esse método não era eficiente para facilitar o acesso às obras. Por isso, deduziram que era preciso aprimorar as técnicas de organização do seu acervo, à medida que a quantidade de registros aumentava. Então, esses profissionais começaram a elaborar representações que englobassem tanto o aspecto físico como o conteúdo dos itens, visando buscas em que o retorno fosse mais eficaz.

Nesse contexto, é indubitável que a invenção da escrita foi um marco importante na história dessas representações, permitindo que as pessoas documentassem, comunicassem e preservassem informações de forma clara, precisa e confiável. Para Maimone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), a representação descritiva da informação consiste em:

Representar as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica.

Dessa maneira, é possível afirmar que a escrita possibilitou a descrição de objetos, eventos e ideias em detalhes e a transmissão dessas informações para outros, independente de distância ou tempo. Ainda, proporcionando a criação de documentos escritos, como livros, artigos, relatórios e contratos, que forneciam uma representação descritiva dos fatos, ideias e argumentos de uma forma clara e ordenada. Essas representações envolviam a criação de descrições bibliográficas que permitiam, aos usuários, a identificação e o acesso aos recursos de informação de interesse para eles, utilizando um conjunto de regras para descrevê-los de forma consistente, incluindo a atribuição de dados como: título, autor, editora, data de publicação e assuntos tratados no recurso. Portanto, é perceptível que o processo de criação desses registros bibliográficos, denominado catalogação, permitiu que a organização e o acesso à informação fossem padronizados e mais eficientes.

Por conseguinte, na Idade Média, ocorreram os primeiros aperfeiçoamentos para a elaboração da catalogação, com “as listas de obras de bibliotecas medievais, catálogos dos mosteiros; as notas indicativas das obras; os catálogos de bibliotecas; a organização nas estantes e os pontos de acesso” (Alves; Santos, 2013, p. 162). Dessa forma, os documentos se tornaram uma forma eficaz de comunicar informações, facilmente acessada e referenciada por outras pessoas. Assim, de acordo com Mey (1995, p. 5):

Catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

Um processo que visava não somente listar os itens de um acervo, mas possibilitar relacionamentos entre eles, com o intuito de gerar alternativas para a escolha do usuário. Ainda de acordo com a autora, esse processo permite a localização de um item específico, a escolha entre as suas várias manifestações e, também, a escolha entre vários de seus semelhantes (Mey, 1995). Além do mais, “um dos principais produtos da catalogação é a reunião de registros

bibliográficos no catálogo, visto que ele assume o papel de canal entre acervos e usuários” (Machado; Zafalon, 2020, p. 18). Dito isso, cabe afirmar que, a partir da catalogação, tornou-se possível a elaboração de catálogos, definidos como um

canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s) (Mey, 1995, p. 9).

Ou seja, enquanto a catalogação consiste na descrição dos itens de um acervo, os catálogos são os registros dessas descrições, conhecidos como registros bibliográficos. Para Pinheiro (2012, p. 2), “a catalogação deve materializar-se em catálogo acessível, compreensível e compatível, em nível e qualidade, com a natureza dos itens que arrola, além de viabilizar o intercâmbio de registros bibliográficos”. Ainda, segundo a IFLA (2016), esses canais de comunicação devem permitir ao usuário encontrar recursos bibliográficos, por meio de atributos e relacionamentos das entidades (obra, manifestação, expressão, entre outras), selecioná-los de acordo com a sua necessidade e acessar os dados, além de proporcionar ao usuário a navegação e a exploração de outros catálogos em contextos não biblioteconômicos.

Esses instrumentos possuem uma longa história que remonta também à Antiguidade, quando as primeiras bibliotecas foram criadas. Contextualizando, no Egito Antigo, haviam bibliotecas em templos religiosos e no palácio real de Alexandria, esta teria sido a maior biblioteca do mundo antigo, e ambas utilizavam catálogos manuscritos para organizar seus acervos, assim como na Grécia Antiga. Conforme Mey e Silveira (2009), o mais antigo catálogo grego conhecido é o *Pinakoe*, elaborado por Calímaco (310 a.C. – 240 a.C.), bibliotecário-chefe da Biblioteca de Alexandria, no século III a.C. Na época, os catálogos listavam os títulos de todos os livros da biblioteca em ordem alfabética por autor e também incluíam uma breve descrição de cada obra. Na Idade Média, os catálogos manuscritos eram elaborados pelos monges copistas em mosteiros e, com o advento da imprensa, no século XV, os catálogos começaram a ser impressos. Isso ocorreu porque

a existência de livros impressos facilitou mais do que nunca a tarefa de encontrar informações – desde que antes se encontrasse o livro certo. Para isso, foi preciso compilar catálogos para grandes bibliotecas particulares ou públicas (Burke, 2002, p. 176).

No decorrer da Idade Moderna e com o consequente aumento exponencial do número de registros do conhecimento da humanidade, observou-se uma necessidade de criação de normas para a organização destes. Em vista disso, no século XIX, surgiram as primeiras regras de catalogação, que estabeleceram padrões para a descrição dos recursos de informação em

catálogos e outros sistemas de informação. Segundo Mey e Silveira (2009), o primeiro código de catalogação foi elaborado em 1841 por Antonio Panizzi (1797-1879), bibliotecário-chefe do Museu Britânico, em Londres, e intitulado *British Museum: 91 rules*. Entretanto, foi em 1876 que a Biblioteconomia se deparou com uma verdadeira declaração de princípios, com as Regras para um Catálogo Dicionário – *Rules for a dictionary catalog*, de Charles Ammi Cutter (1837-1903) que constituiu “um código muito completo, incluindo a catalogação de assuntos e de materiais especiais, normas de transliteração e elaboração de catálogos auxiliares” (Mey; Silveira, 2009, p. 71). Posteriormente, no século XX, a Biblioteca do Congresso – *Library of Congress* (LC) iniciou a impressão e a comercialização de fichas catalográficas, em busca de uma padronização da catalogação e a *American Library Association* (ALA), juntamente com a *Library Association* (LA) da Inglaterra, publicou o seu código, Regras de catalogação: entrada de autores e títulos – *Cataloging rules: author and title entries*. Este compilado de regras era baseado nas ideias de Panizzi, Cutter, e também do bibliotecário Charles Jewett (1816-1868), que havia idealizado uma concepção onde a biblioteca em que ele trabalhava, nos Estados Unidos, “receberia dados catalográficos de bibliotecas do país e coordenaria um serviço de catalogação cooperativa que resultaria em um catálogo coletivo das bibliotecas cooperantes” (Campello, 2006, p. 68). Esse serviço de intercâmbio geraria uma grande economia de tempo e de recursos, além de facilitar a pesquisa e o estudo.

Nesse cenário, ocorreu a Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, ou Conferência de Paris, em 1961, organizada pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) e patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), onde “foi estabelecido um conjunto de princípios que propiciaram que fosse alcançado um consenso que possibilitou a compatibilização dos códigos catalográficos de diversos países” (Campello, 2006, p. 59). Neste evento foram levantadas discussões acerca do impacto dos dispositivos eletrônicos sobre a catalogação e, análogo a isso, houve a invenção do computador, onde a automatização desse processo tornou-se possível. A LC, então, lançou o projeto *Machine Reading Cataloguing* (MARC) em 1965, “uma linguagem padrão para troca de informações bibliográficas” (Palhares; Silva; Oliveira, 2019, p. 109). O MARC não era um código de catalogação, mas sim um formato de entrada de dados legível para computador, possibilitando às bibliotecas o uso de um sistema de automação para administrar as suas operações.

A Conferência de Paris ainda influenciou na modificação de vários códigos que incorporaram as suas recomendações e, em 1967, foi desenvolvida a primeira edição do Código

de Catalogação Anglo-Americano (AACR), haja vista a necessidade de elaborar um código internacional de catalogação. Este chegou ao Brasil em 1969, traduzido para o português e sendo adotado por quase todas as escolas e instituições de Biblioteconomia do país (Mey; Silveira, 2009). Dez anos depois, foi lançado o Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição (AACR2), amplamente utilizado durante décadas por fornecer orientações detalhadas de como catalogar diversos tipos de materiais, incluindo livros, periódicos, materiais audiovisuais, mapas, entre outros.

Diante disso, torna-se evidente que no século XX a catalogação sofreu importantes mudanças e avanços em decorrência do rápido desenvolvimento das tecnologias de informação. Além disso, as normas de representação descritiva da informação também passaram por revisões e atualizações para refletir as mudanças na forma como as pessoas consomem informações, principalmente com o aumento do uso de recursos eletrônicos e digitais. Dentre elas, a publicação do MARC 21, uma versão do já existente, formato MARC, voltado para o século XXI e para o uso internacional, sem vínculos a um único país ou grupo linguístico (Mey; Silveira, 2009). Mais adiante, em 2004, foi criada uma nova comissão para a revisão e a atualização do AACR2, que resultaria na criação de um novo código, pensado para abarcar as constantes evoluções tecnológicas do novo século.

3.1 RECURSOS: DESCRIÇÃO E ACESSO (RDA)

O início do século XXI foi marcado por mudanças significativas na sociedade devido ao avanço da tecnologia e à transformação digital. A Biblioteconomia, evidentemente, foi uma das áreas de estudo afetadas neste cenário. As bibliotecas tradicionais evoluíram para bibliotecas digitais e o acesso à informação tornou-se cada vez mais disponível online. Em decorrência disso, vários estudos e pesquisas relativos às práticas catalográficas, ao compartilhamento de dados bibliográficos, à revisão de conceitos e à internacionalização dos padrões de representação foram iniciados (Mey; Silveira, 2009).

Em 2003, foi aprovada uma versão preliminar da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, que pretendia “determinar um entendimento uniforme e internacional sobre os princípios da catalogação” (Mey; Silveira, 2009, p. 90). Em seguida, visando estar inteiramente de acordo com o documento supracitado, no ano de 2004 foi iniciado

o processo de revisão do código de catalogação anglo-americano, que resultaria em uma terceira edição das AACR, as AACR3. Entretanto, a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um novo sucessor das AACR2, o RDA (Mey; Silveira, 2009, p. 90).

A partir dessa revisão, foi percebida a necessidade de uma nova abordagem, em torno das regras de catalogação, que contemplassem os evidentes recursos tecnológicos. Assim, desenvolveu-se o Recursos: Descrição e Acesso – *Resources, Description and Access* (RDA), um código de catalogação estruturado para o ambiente digital e com o objetivo de substituir o AACR2. Oliver (2011, p. 1) define o RDA como “um conjunto de diretrizes e instruções sobre a formulação de dados que sirvam de apoio ao descobrimento de recursos”. A autora ainda ressalta que “trata-se de uma norma projetada para focar a atenção no usuário e nas tarefas que ele executa no processo de descobrimento de recursos” (Oliver, 2011, p. 2). Ou seja, o registro dos dados tem como propósito apoiar as tarefas do usuário.

Sob esse prisma, cabe ressaltar as significativas mudanças que o RDA traz em relação ao AACR2, visto que o novo código oferece um conjunto de regras mais flexível, extensível e atualizado para a descrição de recursos. Ainda de acordo com Oliver (2011, p. 3), isso ocorre porque

As AACR foram desenvolvidas originalmente como um código de catalogação de livros e periódicos impressos, bem como outros documentos em papel. Embora regras destinadas a outras mídias hajam sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte.

Ademais, Machado (2020, p. 47) afirma que “o RDA foi projetado para descrever dados de recursos tradicionais e atuais”, ou seja, tanto recursos físicos como digitais, produzidos e disponibilizados em bibliotecas ou ambientes alternativos, são contemplados pelo novo código. Oliver (2011, p. 2) salienta que

A finalidade da RDA é servir de suporte à produção de dados robustos ou ‘bem-formados’, dados que possam ser gerenciados com o emprego tanto das tecnologias atuais quanto das estruturas de bases de dados surgidas recentemente e das tecnologias futuras.

Dessa forma, toda a estruturação desse novo padrão está voltada para o atendimento das necessidades do usuário no ambiente digital. Sendo assim, o código é disponibilizado pela ferramenta online RDA Toolkit (caixa de ferramentas RDA), “que inclui o conteúdo integral da norma e também documentos e funcionalidades adicionais” (Oliver, 2011, p. 90) e apresenta sua estrutura agrupada conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura do código RDA

0. Introdução	Apresenta objetivos, escopo, princípios, alinhamento com os modelos conceituais e padrões de catalogação, e relacionamentos.
Seção 1-4 – Registro de Atributos	
Seção 1: Atributos de Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar os atributos de manifestação e item (descrição de características físicas).
Seção 2: Atributos de Obra e Expressão	Instruções gerais para registrar os atributos de obra e expressão (descrição de conteúdo).
Seção 3: Atributos de Pessoa, Família e Pessoa Jurídica	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de pessoas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 4: Atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar	Instruções gerais para registrar os atributos e a identificação de conceitos, objetos, eventos e lugares.
Seção 5-10 – Registro de relacionamentos	
Seção 5: Relacionamentos primários entre Obra, Expressão, Manifestação e Item	Instruções gerais para registrar as relações primárias entre as entidades.
Seção 6: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações associadas com uma pessoa, família e pessoa jurídica com um recurso e suas relações com uma obra, expressão, manifestação e item.
Seção 7: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre temas e nomes.
Seção 8: Relacionamentos entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	Instruções gerais para registrar as relações entre obras, expressões, manifestações e itens.
Seção 9: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	Instruções gerais para registrar as relações entre pessoas, famílias e pessoas jurídicas.
Seção 10: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	Instruções gerais para registrar as relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares.
Apêndices	Inclui instruções adicionais sobre abreviaturas, símbolos, artigos iniciais, títulos de nobreza, designadores de relacionamentos e outros.
Glossário	Apresenta lista alfabética de termos e expressões.
Índice	Apresenta índice alfabético localizador de instruções e apêndices.

Fonte: Machado (2020, p. 49-50 *apud* Picco; Ortiz Repiso, 2012).

O RDA também enfatiza a importância de fornecer acesso aos recursos por meio de pontos de acesso que reflitam o seu conteúdo, uma vez que ele agrupa um conjunto de diretrizes de catalogação para a criação de descrições bibliográficas consistentes e padronizadas para todos os tipos de recursos, incluindo livros físicos e digitais, artigos de periódicos eletrônicos, materiais audiovisuais em serviços de streaming e obras artísticas. Nesse cenário, o RDA se mostra como

um pacote de elementos de dados, diretrizes e instruções que direcionam a criação de metadados de recursos informacionais de bibliotecas e de instituições de patrimônio cultural em consonância com modelos conceituais internacionais para aplicação de dados vinculados focados no usuário (Machado; Zafalon, 2020, p. 94 *apud* RDA STEERING COMMITTEE, 2018).

Dessa forma, esses modelos conceituais proporcionam uma base teórica para o descobrimento de recursos pelos usuários e a partir deles a estrutura do RDA foi moldada, uma vez que o RDA é a própria aplicação desses modelos. Com isso, o código de catalogação supracitado busca garantir a interoperabilidade dos dados e a facilidade de acesso às informações, visto que ele contém diretrizes e instruções para a criação de metadados, com base em modelos conceituais, a fim de atender às necessidades dos usuários ativos em ambientes digitais.

3.1.2 Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR)

O modelo conceitual Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) – *Functional Requirements for Bibliographic Records* foi desenvolvido pela IFLA no final da década de 1990, com o intuito de prover requisitos e funcionalidades básicas para a elaboração de registros bibliográficos, além de esclarecer as informações transmitidas por meio desses registros. Trata-se de um modelo que considera a diversidade de usuários, de materiais, de suportes e de formatos, onde é percebida a necessidade de harmonizar e de relacionar os dados presentes em registros bibliográficos de acordo com as necessidades informacionais dos usuários. Para assim, possibilitar a construção de uma grande teia de relações dentro do universo bibliográfico que esteja a serviço do usuário, com base em sua atividade.

Sendo assim, sabe-se que o FRBR inclui a capacidade de identificar e descrever entidades, estabelecer relações entre elas e fornecer acesso às informações bibliográficas através de pesquisas e navegação. Uma vez que esse modelo foi construído com base nas entidades, atributos e relacionamentos encontrados no universo bibliográfico. Para Oliver (2011, p. 23) as entidades são

os objetos de interesse para os usuários de dados bibliográficos: os produtos da criação intelectual ou artística; as pessoas físicas ou pessoas jurídicas responsáveis por algum papel em relação a esses produtos; e os assuntos desses produtos da criação intelectual e artística.

Ou seja, as entidades são os objetos de interesse fundamentais aos usuários. Os atributos, por sua vez, são os conjuntos de características que determinada entidade possui. Isto significa que “são as informações pelas quais um usuário procura uma entidade em um catálogo” (Machado, 2020, p. 31). Como, por exemplo, título e data de publicação, dimensões e localização de uma escultura ou monumento, escala e projeção de materiais cartográficos, entre outros. E, por fim, os relacionamentos, que dispõem de informações acerca da natureza dos vínculos existentes entre as entidades, possibilitando a disposição e oferecendo caminhos para melhorar o descobrimento de recursos (Oliver, 2011). Em suma, obra e expressão são relativas ao conteúdo, manifestação e item dizem respeito ao suporte, uma vez que o FRBR diferencia conceitualmente conteúdo e suporte (Oliver, 2011).

Nesse sentido, é perceptível que o modelo FRBR é uma estrutura conceitual que possibilita a descrição e a organização de informações bibliográficas de maneira consistente e precisa, sendo fundamental para o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de bibliotecas contemporâneos. De acordo com Fusco (2011, p. 82),

Os FRBR oferecem uma perspectiva da estrutura e dos relacionamentos dos registros bibliográficos. São considerados uma nova abordagem para a representação descritiva nos seus moldes convencionais. Isso se deve ao fato de propiciarem uma recuperação mais efetiva e intuitiva dos Itens documentários, relacionando todos os materiais ligados ao termo da busca, possibilitando trazê-los de uma só vez em uma única interface.

Não obstante, mesmo não sendo um código para catalogação em si, o FRBR propõe princípios a serem aplicados nesse processo. Em tal caso, a catalogação é desenvolvida primeiramente pela obra, levando em consideração a diversidade de expressões contidas em suas variadas manifestações, que são exemplificadas por itens. Tradicionalmente, esse procedimento iniciaria na catalogação do item. Em contrapartida, além de possibilitar o arranjo dos itens nas estantes, o FRBR permite um registro único, esclarecendo ao usuário todos os recursos informacionais presentes na unidade de informação relativos a uma determinada obra.

Isto posto, destaca-se o FRBR como um modelo conceitual que reestrutura os registros bibliográficos, tendo em vista as necessidades dos usuários que são definidas em termos de tarefas de usuários relativas a dados bibliográficos (Oliver, 2011). Estas se encontram expostas no Quadro 2.

Quadro 2 – Tarefas de usuários do modelo FRBR

Encontrar	<i>Encontrar</i> entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultado de uma busca que empregue um atributo ou relação da entidade).
Identificar	<i>Identificar</i> uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares).
Selecionar	<i>Selecionar</i> uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recusar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário).
Obter	<i>Adquirir</i> ou <i>obter</i> acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto).

Fonte: Oliver (2001, p. 20).

Essas tarefas são executadas pelos usuários durante a busca de dados bibliográficos. De modo geral, em catálogos tradicionais ou digitais, a estratégia de busca é definida no intuito da recuperação dos recursos informacionais relativos a ela, e cabe ao usuário encontrar o que mais coincide com a sua necessidade. Em seguida, ele identifica, dentre vários outros recursos, o seu resultado de busca e seleciona o mais relevante. Por último, o usuário acessa o recurso selecionado, seja um item disposto em uma estante ou através de um arquivo eletrônico.

Ademais, vale ressaltar que essas tarefas fornecem um quadro conceitual para melhorar o acesso e a recuperação de informações sobre recursos bibliográficos. Visto que o FRBR é um modelo entidade-atributo-relacionamento. Com base nisso, três grupos de entidade são identificados, como ilustrado no Quadro 3.

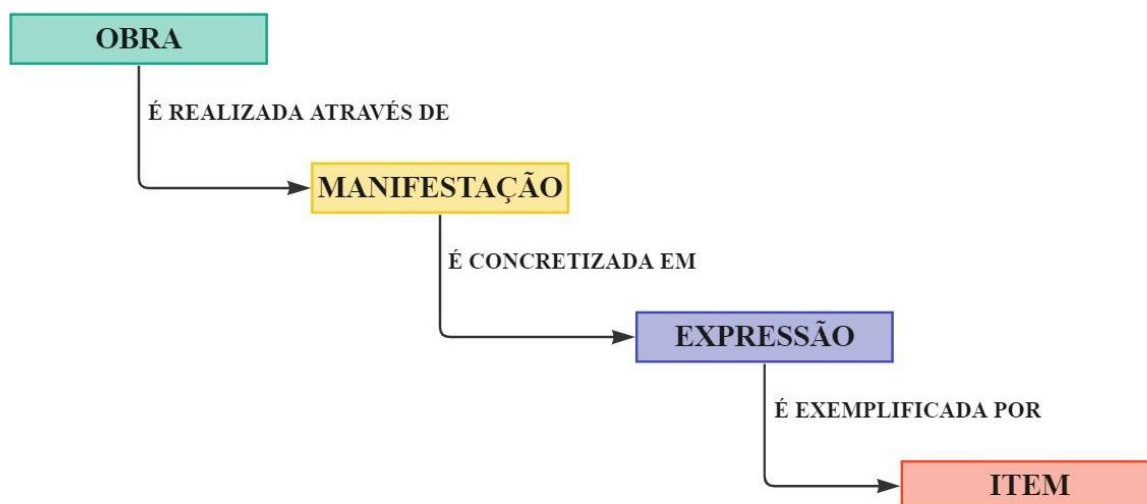
Quadro 3 – Grupos de entidades do modelo FRBR

Grupo 1	Produtos do trabalho intelectual ou artístico. Entidades: obra, expressão, manifestação, item.
Grupo 2	Os responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, a produção física e a disseminação, ou a custódia das entidades do primeiro grupo.
Grupo 3	Assuntos. Entidades: conceito, objeto, acontecimento, lugar + todas as entidades do grupo 1 e 2.

Fonte: Oliver (2011, p. 23).

As principais entidades estão dispostas no Grupo 1 e são resultados de criações intelectuais e artísticas, sendo intangíveis e não existindo isoladamente. Oliver (2011, p.23) define obra como “uma criação intelectual ou artística definida” e a expressão como “a realização intelectual ou artística de uma obra”. Ou seja, a obra é o conteúdo e a expressão seria a forma como esse conteúdo é expresso. Sobre a manifestação, Mey e Silveira (2009) afirmam que é a materialização da expressão em uma forma física. E o item, seria “um exemplar individual de uma manifestação” (Oliver, 2011, p. 23). Então, é possível afirmar que uma obra pode ser realizada através de uma ou de várias expressões, que podem se concretizar em diferentes manifestações, exemplificadas por muitos ou somente um único item (Figura 1).

Figura 1 – Relacionamentos modelo FRBR



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) baseado em Machado (2020, p. 33) e Oliver (2011, p. 24).

Em vista disso, torna-se evidente o papel do modelo conceitual FRBR no desenvolvimento do código de catalogação RDA. Isso se justifica pelo mapeamento e pela visualização dos relacionamentos entre as entidades e os diferentes tipos de obras que o modelo proporciona. Oliver (2011, p. 29) salienta que “o esclarecimento das relações bibliográficas é essencial para a execução das tarefas de usuário, especialmente no atual contexto de grandes catálogos e bases de dados”. Portanto, destaca-se esta nova forma de representação descritiva da informação, tendo em vista o atual cenário de armazenamento e veiculação de informações, principalmente no que tange o ambiente digital.

Do mesmo modo, cabe ressaltar o impacto do FRBR e a sua consequente extensão para mais dois novos modelos, o FRAD e o FRSAD, que possuem relação direta com o Grupo 2 e o Grupo 3, respectivamente, das entidades do FRBR.

3.1.2 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD)

Com o impacto do modelo FRBR e com o intuito de ampliá-lo, a IFLA (2009) estabeleceu o grupo de trabalho *Functional Requirements of Authority Numbering and Records* (FRANAR), que objetivava analisar os dados referentes às autoridades dos registros bibliográficos. Como resultado, em 2009, o Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) – *Functional Requirements of Authority Data* teve a sua versão final aprovada e publicada (Machado, 2020).

Dessa forma, o modelo FRAD aborda questões acerca do controle de dados de autoridade, objetivando fornecer diretrizes para a criação e a manutenção de registros de autoridades bibliográficas. Para Machado (2020, p. 38), “os dados de autoridade são definidos como o conjunto de informações sobre uma pessoa, família ou pessoa jurídica. Utilizados como base para acessar os registros bibliográficos dos catálogos”. Assim como o FRBR, o FRAD prevê as tarefas realizadas pelos usuários dos catálogos. Isso ocorre porque “as entidades, atributos e relacionamentos foram mapeados em consonância com as tarefas do usuário” (Fusco, 2011, p. 114). Entretanto, as tarefas do FRAD (Quadro 4) envolvem dados de autoridade e tem como objetivo explicar como os dados de autoridade apoiam cada tarefa específica do usuário.

Quadro 4 – Tarefas de usuário do modelo FRAD

Encontrar	Encontrar uma entidade ou conjunto de entidades que correspondam a critérios declarados (isto é, encontrar ou uma única entidade ou um conjunto de entidades que adotem um atributo ou combinação de atributos ou uma relação da entidade como critério de busca); ou explorar o universo das entidades bibliográficas usando esses atributos e relações.
Identificar	Identificar uma entidade (isto é, confirmar que a entidade representada corresponde à entidade procurada, para distinguir entre duas ou mais entidades de características iguais) ou validar a forma do nome a ser usada como ponto de acesso controlado.
Contextualizar	Situar uma pessoa, instituição, obra, etc. num contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas físicas, pessoas jurídicas, obras, etc.; ou esclarecer a relação entre uma pessoa física, pessoa jurídica, etc. é conhecida (p. ex., nome usado no meio religioso versus nome secular).
Justificar	Documentar a razão pela qual o criador dos dados de autoridade escolheu o nome ou a forma do nome em que se baseia um ponto de acesso controlado.

Fonte: Oliver (2011, p. 21).

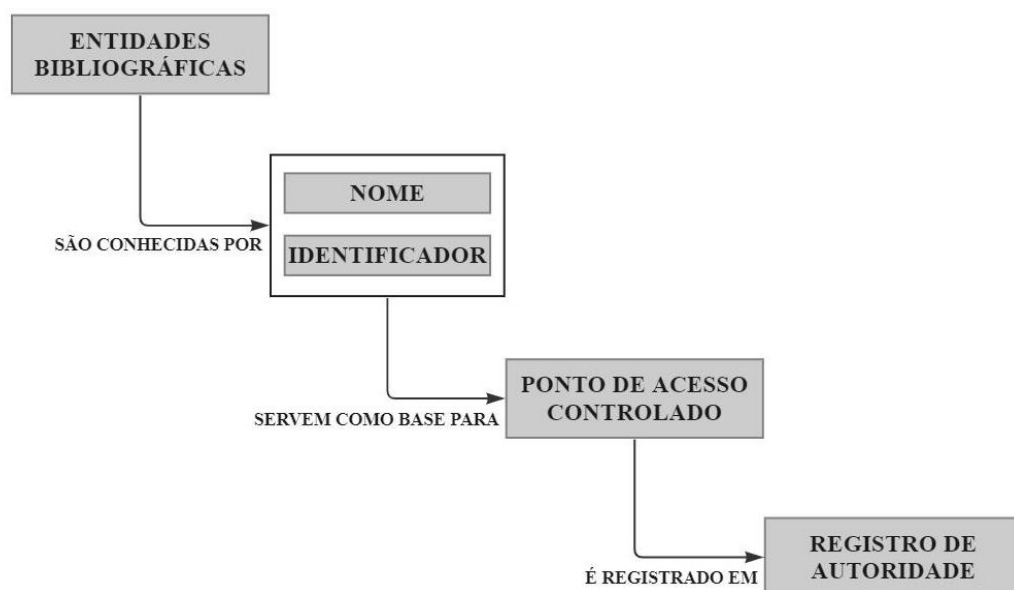
Com efeito, o usuário deve explorar o universo bibliográfico, utilizando critérios de busca, e encontrar as entidades relacionadas e, logo depois, confirmar se esta corresponde à sua procura, validando a forma do nome (Oliver, 2011). As seguintes tarefas dizem respeito ao trabalho do criador do registro, que constrói relacionamentos ao contextualizar o nome adotado e justifica a sua escolha (Albuquerque, 2018). Dessa forma, no modelo FRAD, o nome de uma autoridade não é somente um atributo, mas é considerado uma entidade, assim como o identificador.

De fato, o Grupo 2 de entidades do modelo FRBR são concernentes às entidades bibliográficas expostas no modelo FRAD. Conforme Fusco (2011, p. 112),

no FRAD, uma entidade bibliográfica como uma Obra, uma pessoa ou objeto é “conhecido por” um nome e/ou identificador; por sua vez, o nome e/ou identificador é a “base para” um ponto de acesso controlado, isso como uma entidade FRAD. Por sua vez, um ponto de acesso controlado pode ser “registrado em” um registro de autoridade, outra entidade FRAD.

A Figura 2 ilustra o relacionamento das entidades bibliográficas do modelo FRAD, visto que os dados de autoridade apresentados nos recursos informacionais representam os responsáveis por sua criação, podendo ser de interesse dos usuários.

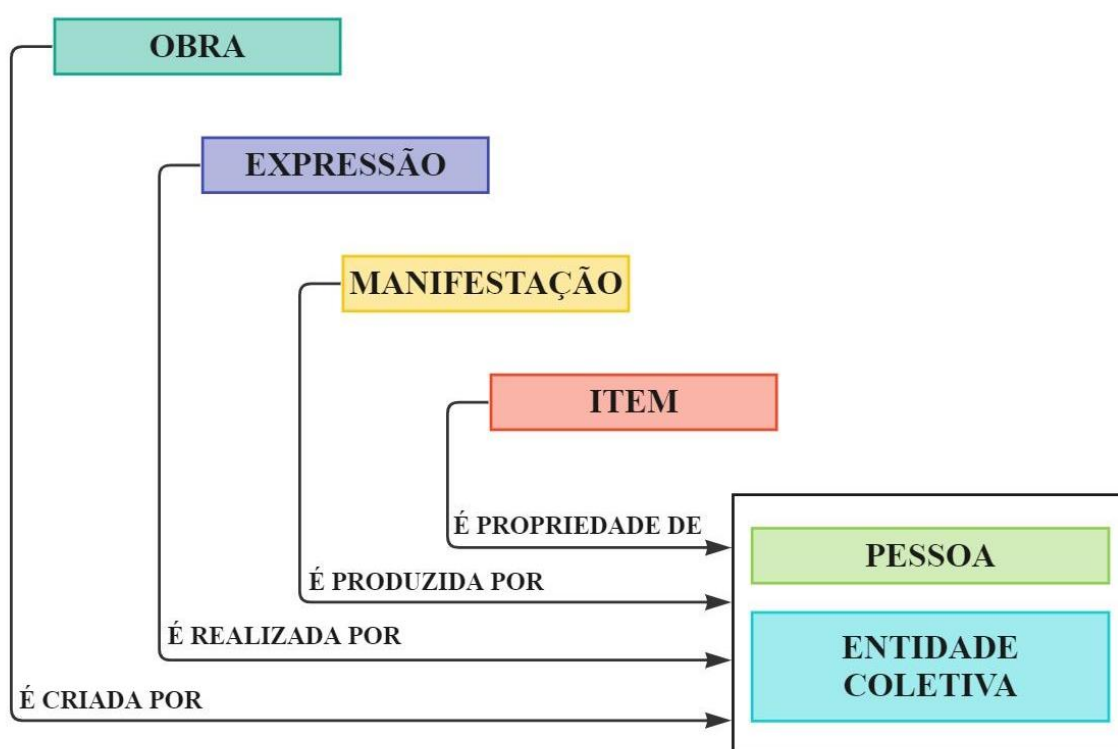
Figura 2 – Relacionamentos modelo FRAD



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) baseado em Fusco (2011, p. 112) e Oliver (2011, p. 30).

Desse modo, torna-se evidente as diversas relações que podem ocorrer entre as entidades do Grupo 2 do modelo FRBR, que foram ampliadas para o desenvolvimento do modelo FRAD. Este, além de considerar pessoa e entidade coletiva como entidades bibliográficas, inclui família, nome, identificador, ponto de acesso controlado, regras e agência (Albuquerque, 2018). Contudo, ambos os Grupos também estabelecem relações entre si (Figura 3), uma vez que as entidades do Grupo 1 (obra, expressão, manifestação e item) são criações, realizações, produções e propriedades de entidades do Grupo 2 (pessoa e entidade coletiva).

Figura 3 – Relacionamentos entidades dos Grupos 1 e 2 do modelo FRBR



Fonte: Elaborado pelo autor (2023) baseado em Fusco (2011, p. 91).

Portanto, salienta-se a fundamental importância do modelo FRAD para a efetivação da nova forma de catalogar em RDA. Prova disso, são algumas obras de artes, esculturas e monumentos históricos que têm como autoridade o seu desenhista, escultor ou arquiteto, entretanto, muitas vezes estão sob a custódia de uma família ou organização. Assim, o FRAD possibilita a visualização dos registros de todas essas entidades e de seus relacionamentos, procurando apresentar os dados de autoridade que sejam de interesse dos usuários.

3.1.3 Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD)

Semelhante ao modelo conceitual FRAD, o Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (FRSAD) – *Functional Requirements for Subject Authority Data* foi elaborado pela IFLA (2010) com o intuito de desenvolver alguns aspectos do modelo FRBR. Os estudos sobre o FRSAD foram desempenhados a partir do grupo de trabalho *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR), que, em 2010, publicou o seu relatório final. Dessa forma, o modelo refere-se aos dados de conteúdos temáticos de um documento e contempla todas as entidades bibliográficas que atuam como tema de uma obra (Machado, 2020).

Nesse contexto, o FRSAD continua privilegiando o usuário em sua busca por registros em grandes catálogos e bases de dados, e estabelece as tarefas que os potenciais usuários de dados de autoridades de assunto executarão, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Tarefas de usuário do modelo FRSAD

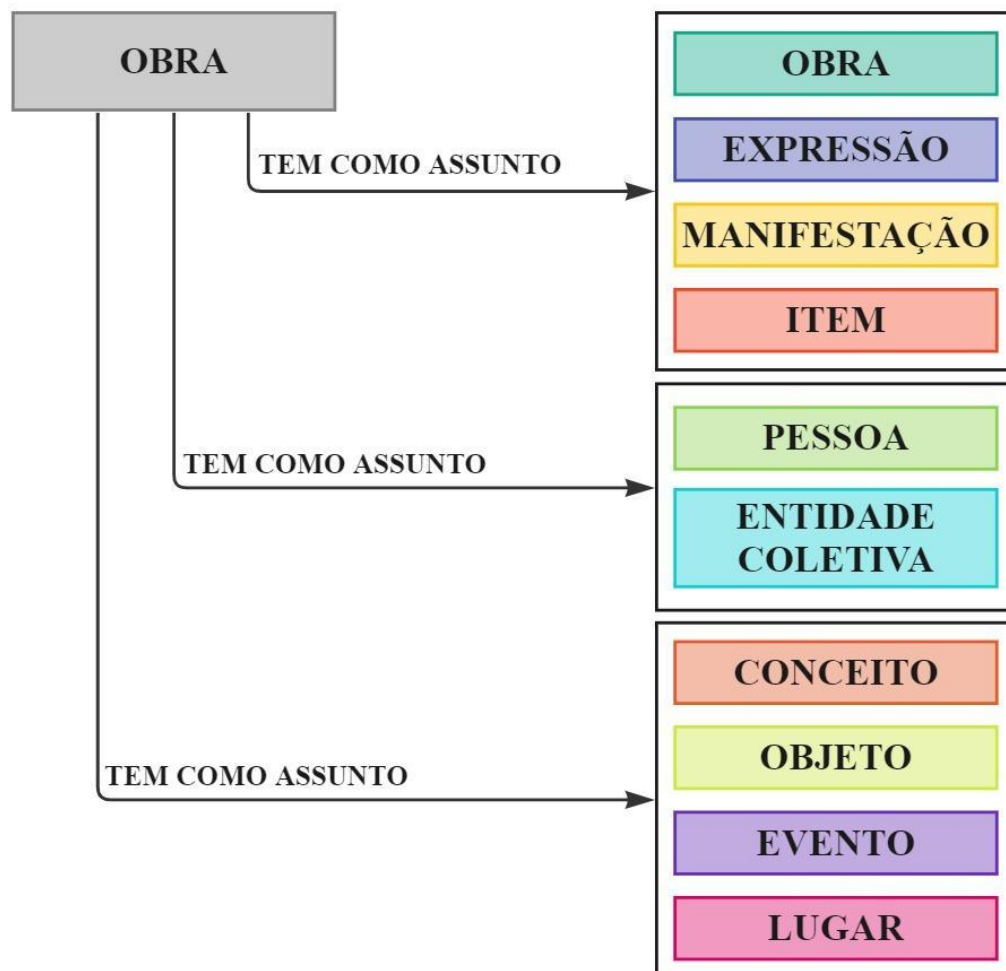
Encontrar	Um ou mais assuntos e/ou suas denominações que correspondam aos critérios estabelecidos pelo usuário, usando atributos e relacionamentos.
Identificar	Um assunto e/ou sua denominação com base em seus atributos e relacionamentos (ou seja, distinguir entre dois ou mais assuntos ou denominações com características semelhantes para confirmar que o assunto ou denominação apropriada foi encontrado).
Selecionar	Um assunto e/ou a sua denominação adequada às necessidades do usuário (ou seja, escolher ou rejeitar com base nos requisitos e necessidades do usuário).
Explorar	Os relacionamentos entre os assuntos e/ou suas denominações (por exemplo, explorar os relacionamentos a fim de compreender a estrutura de um domínio do conhecimento e sua terminologia).

Fonte: Albuquerque (2018, p. 127 *apud* IFLA, 2010).

As três primeiras tarefas são comuns às do modelo FRBR, todavia, a quarta tarefa do FRSAD, melhora as possibilidades de busca dos usuários em relação à utilização dos dados de autoridade de assunto (Albuquerque, 2018). Uma vez que a sua proposta é apresentar as relações entre os assuntos de obras e até mesmo de obras que são uma o assunto da outra. Como por exemplo as estátuas de Iracema, situadas na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. A personagem de José de Alencar (1829-1877) é considerada um assunto da criação artística, assim como o seu idealizador, possibilitando uma inter-relação entre todas as estátuas e outras obras que tenham como conteúdo temático esta personagem e este autor.

Além disso, vale ressaltar que o FRSAD aprofunda as entidades do Grupo 3 do modelo FRBR para relacionar os assuntos da obra. Dentre elas estão, o conceito, que diz respeito às abstrações temáticas, e o objeto, concernente às coisas materiais. Além do evento, que inclui as ações e ocorrências, e o lugar, relativo à localização geográfica (Fusco, 2011).

Figura 4 – Relacionamentos modelo FRSAD



Diante disso, é perceptível que todas as entidades bibliográficas dos Grupos 1, 2 e 3 do modelo FRBR, ampliadas ao FRAD e ao FRSAD, são contempladas como assuntos da obra (Figura 4). Exemplo disso, é um turista que resolve fazer um passeio pelos monumentos históricos de determinada cidade. Ao acessar o catálogo, ele poderá encontrar algum que lhe chame a atenção e o sistema será capaz de sugerir outros monumentos na mesma localidade, ou que foram derivados do mesmo acontecimento histórico, ou que se referem à mesma pessoa, real ou fictícia, dentre outras possibilidades.

Perante o exposto, percebe-se que os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD privilegiam o usuário e a sua navegação em grandes unidades de informação, principalmente digitais. A partir deles, o novo código de catalogação RDA teve o seu desenvolvimento. Desse modo, o usuário consegue descobrir novos recursos por intermédio de uma teia de relações construídas com base nos princípios destes modelos. A rápida evolução tecnológica tem impactado diretamente na forma como os recursos informacionais são criados, acessados, organizados e compartilhados. Nesse contexto, o RDA busca acompanhar e responder a essas transformações, fornecendo diretrizes atualizadas e flexíveis para a descrição de recursos em um ambiente digital em constante mudança.

4 METODOLOGIA

A pesquisa consiste na elaboração de uma proposta de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Com isso, buscou-se construir representações descritivas, baseadas no código de catalogação RDA, a fim de codificar as informações relativas a estes bens, preservando a memória coletiva da cidade.

Nesse contexto, segundo a sua finalidade, a pesquisa possui natureza aplicada, uma vez que está “voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica” (Gil, 2010, p. 27). Ou seja, pretende obter resultados com um propósito prático e direcionados para a implementação e uso real, preenchendo lacunas de conhecimento e melhorando processos existentes, haja vista as necessidades específicas de preservar a memória da cidade. Além disso, será utilizada uma abordagem qualitativa, buscando interpretar os fenômenos observados com base nas particularidades de cada elemento investigado. De acordo com Minayo (2014, p. 57), este tipo de pesquisa

se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...] além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

Com efeito, segundo os seus objetivos, a pesquisa foi realizada em caráter descritivo, buscando efetuar uma descrição clara e objetiva dos elementos observados e “identificar possíveis relações entre variáveis” (Gil, 2010, p. 27). A pesquisa descritiva envolve a coleta sistemática de dados, procurando obter informações precisas e objetivas sobre as características dos objetos de estudo, utilizando uma amostra representativa para coletar dados relevantes. Possibilitando que a análise dos dados compreenda a organização e a apresentação das informações, proporcionando uma interpretação dentro de um contexto relevante.

Segundo os métodos empregados, os dados foram obtidos a partir de pesquisa bibliográfica, “elaborada com base em material já publicado” (Gil, 2010, p. 29). Inicialmente, foram feitas consultas em fontes bibliográficas como: livros de leitura corrente, obras de referência, periódicos científicos, teses e dissertações e anais de encontros científicos, localizados em bibliotecas convencionais, bases de dados e sistemas de busca, para fundamentar a catalogação e a sua importância para a Biblioteconomia. Além de contextualizar e apresentar o RDA, demonstrando a sua inovação para a preservação da memória no ambiente digital. Cabe ressaltar que foram realizadas consultas técnicas *in loco* na Biblioteca do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ceará (IPHAN-CE), situada no bairro Centro, em Fortaleza, nos dias 4 de maio e 29 de junho de 2023, onde foi possível acessar materiais acerca dos monumentos históricos da cidade e a sua conceituação. Perante o exposto, foram consultadas as seguintes bibliografias para a descrição dos monumentos históricos de Fortaleza: Azevedo (2001), Chaves, Veloso, Capelo (2009), Costa (2014b), Diógenes, Duarte Junior (2006), Garcia (2008), Nobre (2009), Sousa (2006) e Veloso (2011).

Além disso, a pesquisa documental também foi utilizada como instrumento de coleta de dados. Para Gil (2010, p. 30), “a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc”. Fotografias, vídeos, placas de identificação, mapas e arquivos públicos foram consultados para a listagem dos monumentos históricos da cidade. Assim como as instruções fornecidas pelo RDA, acessadas através do RDA Toolkit (2018), que permitiram o desenvolvimento das representações descritivas relativas aos dados obtidos acerca dos monumentos. Dessa forma, tornou-se necessário descrever de forma objetiva, sistemática e qualitativa o conteúdo manifesto através das informações presentes nestes documentos (Gil, 2010).

Após a coleta dos dados, o procedimento analítico adotado foi a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2011, p. 48), ela é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

O objetivo desta técnica é manipular mensagens, em relação ao seu conteúdo e à expressão deste conteúdo, para evidenciar padrões, temas, significados e relações presentes no material analisado. Também permitindo que o analista produza inferências durante o processo metodológico, uma vez que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção)” (Bardin, 2011, p. 44).

Nesse caso, ainda conforme Bardin (2011), a análise de conteúdo será organizada em três etapas. Na primeira fase, a pré-análise, os documentos serão selecionados, com base em critérios que dizem respeito à relevância da pesquisa, à representatividade da amostra e à disponibilidade dos dados. O *corpus* do trabalho, “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2011, p. 126), foi constituído com base nos seguintes critérios, definidos por Bardin (2011):

- a) exaustividade: foi coletado o maior número possível de monumentos históricos de Fortaleza, incluindo estátuas, esculturas, bustos, centros e locais históricos e culturais

tombados, localizados no Apêndice A, assim como foi selecionada a maior quantidade de seções do RDA, condizentes com a catalogação de monumentos históricos, para realizar a atribuição de dados, presentes no Apêndice B;

- b) representatividade: levando em conta a quantidade de documentos selecionados e os objetivos do trabalho, foi preciso efetuar a análise em uma amostra, que corresponde à catalogação de três monumentos, de um total de 61 monumentos históricos coletados, possíveis de serem analisados em sua totalidade;
- c) homogeneidade: a seleção dos monumentos históricos obedeceu à conceituação estabelecida no referencial teórico, igualmente, a escolha das seções do RDA que obedece critérios do próprio código para padronizar as descrições;
- d) pertinência: todos os documentos retidos estão adequados, enquanto fonte de informação, à questão de investigação da pesquisa e aos objetivos estabelecidos no trabalho que suscitam a análise.

Dessa forma, o *corpus* do trabalho foi constituído pelas descrições dos monumentos históricos identificados e as seções selecionadas do RDA, detalhadas de acordo com a sua referência, elemento, escopo e fonte de informação das atribuições.

Na segunda etapa, de exploração do material, foram efetivados os procedimentos estabelecidos na pré-análise por intermédio de codificação e de categorização dos dados coletados, a fim de transformar os dados brutos, sistematicamente, e agregá-los em unidades, permitindo uma descrição exata das características pertinentes ao seu conteúdo (Bardin, 2011). Os monumentos históricos de Fortaleza foram catalogados de acordo com as seções que forneciam diretrizes que se relacionavam com as suas respectivas características. Assim, criaram-se três categorias: 1) Referência, o número indicado pelo código digital para atribuir um dado; 2) Elemento, título que diz respeito à referência e 3) Atributos, isto é, os dados que foram inseridos de modo a descrever o objeto que estava sendo catalogado.

Por fim, na terceira etapa, de tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem válidos e significativos, permitindo o desenvolvimento de diagramas, figuras e modelos que condensam e destacam as informações fornecidas pela análise (Bardin, 2011). Desse modo, com base na catalogação realizada de acordo com o RDA, algumas interpretações e inferências foram elaboradas a partir dos resultados obtidos, apresentados na seção seguinte.

5 PROPOSTA DE CATALOGAÇÃO EM MEIO DIGITAL DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE FORTALEZA

O documento descritivo mais antigo do estado do Ceará data de 1618 (Costa, 2014a). Nele, Martim Soares Moreno exalta a terra cearense em uma tentativa de convencer as autoridades portuguesas sobre seus serviços na capitania, durante o período do Brasil Colônia. Contudo, colonizadores holandeses também tinham planos de se apoderar dessa região. Entre guerras e invasões, os europeus se estabeleceram às margens do Rio Pajeú, por conta da visão geral da baía propiciada por essa localização. Assim, Fortaleza foi inaugurada oficialmente em 13 de abril de 1726 como Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande, devido à necessidade de expansão e defesa do pequeno povoado que vivia ameaçado por ataques de indígenas e europeus (Girão, 1982).

Com o passar dos séculos, a vila foi crescendo lentamente, segundo Costa (2014a, p. 91) “apesar de pobre, a vila de Fortaleza cresceu sob a égide do vento, da luz, do clima quente, porém pouco úmido e dos espaços largos, que a cercaram, associados a uma condição natural de salubridade”. É, no século XIX, que ela adquire o status e as características de cidade após a centralização do poder político e administrativo e a implantação de inúmeros planos de expansão que resultaram na construção de edificações públicas (Costa, 2014a).

Com efeito, a cidade de Fortaleza continuou se desenvolvendo e conseguiu se destacar pela sua rica cultura refletida em museus, teatros e espaços culturais que celebram e preservam a herança da região. Dessa forma, tem-se a Lei Ordinária nº 9.347, de 11 de março de 2008, que define o patrimônio cultural de Fortaleza como aquele

Constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando à sua preservação (Fortaleza, 2008, online).

Assim, é importante salientar a catalogação de monumentos históricos como processo fundamental para a preservação do patrimônio cultural de uma região. Dessa forma, a partir do desenvolvimento metodológico aplicado neste trabalho, tornou-se possível efetivar tal procedimento.

5.1 PRÉ-ANÁLISE

Com base na coleta de dados, foi realizada uma leitura flutuante, de modo a estabelecer contato com os dados e buscar uma primeira percepção das mensagens neles contidas. Em seguida, os documentos foram escolhidos para compor o *corpus* do trabalho. Na íntegra, foram identificados 61 monumentos, sendo 5 deles monumentos não-intencionais e 56 monumentos intencionais. Ademais, é importante salientar que os monumentos encontrados sem qualquer placa de identificação ou em estado de deterioração bastante avançado, não foram considerados para a pesquisa. Estes bens e suas respectivas descrições estão presentes no Apêndice A. O Quadro 6 apresenta um exemplo de como as descrições dos 5 monumentos não-intencionais foram organizadas.

Quadro 6 – Exemplo da listagem dos monumentos não-intencionais

MONUMENTOS NÃO-INTENCIONAIS
<p>Título: Casa Natal de José de Alencar</p> <p>Título Alternativo: Casa de José de Alencar</p> <p>Responsabilidade: Administração e guarda do patrimônio sob custódia da Universidade Federal do Ceará (UFC) desde 1965.</p> <p>Localização: Avenida Washington Soares, nº 6.055 - José de Alencar - CEP 60.830-640</p> <p>Aspectos materiais: Trata-se de uma pequena casa de três cômodos construída em pedra e cal, com madeiramento primitivo de carnaúba. Piso da casa em tijolo batido. Possui telhado simples.</p> <p>Descrição: “Nesta casa nasceu José de Alencar, a 1º de maio de 1829. Um <u>seculo</u> depois, os cearenses <u>collocaram</u>, aqui, esta placa, <u>assignalando</u> o orgulho que experimentam, em ter sido esta a terra de seu berço. Messejana, 1º-5-1929.”</p> <p>Tombamento: Instituição cultural tombada pelo Iphan em 1964.</p> <p>Número do processo: 0649-T-1962.</p> <p>Livro do Tombo Histórico: Inscrição Nº 376, Vol. 1, F. 061, de 10 de agosto de 1964.</p> <p>Restrição de acesso: Situada no Sítio Alagadiço Novo. Horário de funcionamento: segunda a sexta das 8 às 17 horas. Sábados, domingos e feriados das 8 às 15 horas. Visitas permitidas mediante agendamento prévio.</p> <p>Informações para contato: Fone: (85) 3366.9276</p> <p>Email: casajosedealencar@ufc.br</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/casajosedealencaroficial/</p> <p>Instagram: https://www.instagram.com/casajosedealencaroficial/?igshid=yfwbtkgdx8r0</p> <p>Endereço: Washington Soares, 6055 – Bairro José de Alencar – Fortaleza/CE – Brasil</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

No mesmo Apêndice A, estão descritos os 56 monumentos intencionais. A forma sintetizada de organização está exposta no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Exemplo da listagem dos monumentos intencionais

MONUMENTOS INTENCIONAIS	
Título: Busto de Carlito Pamplona	
Localização: Praça Almirante Saldanha - Centro - CEP 60.060-390	
Aspectos materiais: busto de cimento e base com relevo	
Título: Busto de Demócrito Rocha	
Descrição: Demócrito Rocha (14/04/1888-29/11/1943) foi fundador do Jornal o Povo.	
Inauguração: 7 de janeiro de 1991	
Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160	
Título: Busto de Dorian Sampaio	
Descrição: Dorian Sampaio (12/03/1927-28/05/2000) foi fundador do Jornal JD.	
Inauguração: 13 de agosto de 2003	
Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Após a listagem e descrição dos monumentos, procedeu-se a análise e a seleção das seções do RDA mais relevantes e que abrangessem as especificações dos monumentos históricos. Desse modo, foram considerados: 1) as descrições coletadas dos monumentos, com o intuito de realizar todas as atribuições nas seções mais adequadas do código digital, catalogando os materiais de forma mais robusta; 2) o escopo das seções do RDA, uma vez que o código fornece diretrizes específicas para a catalogação de vários tipos de conteúdo. As seções junto a sua referência, elemento e escopo estão presentes no Apêndice B. O Quadro 8 exemplifica como elas foram organizadas.

Quadro 8 – Exemplo da seleção das seções do RDA

SEÇÃO	REFERÊNCIA	ELEMENTO	ESCOPO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Seção 1: Atributos de Manifestação e Item	2.3	Título	Palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres que nomeia um recurso.	Considerar a principal fonte de informação o próprio item ou o material que acompanha a manifestação. Caso a informação necessária para identificar a manifestação não conste de uma fonte que faça parte da própria manifestação, retirar de uma das seguintes fontes: a) material de acompanhamento; b) outras descrições
	2.4	Responsabilidade	Agente responsável pela criação ou contribuição para a realização do conteúdo intelectual ou artístico de um recurso.	
	2.8	Publicação	Identificação do(s) local(is) de publicação, o(s) editor(es) e a(s) data(s) de publicação de um recurso.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em vista disso, cabe afirmar que durante a seleção dos monumentos históricos para a composição do *corpus* da pesquisa, foram levados em consideração os três valores de rememoração abordados por Riegl (2006): 1) valor histórico, que procura conservar um patrimônio da forma mais autêntica possível; 2) valor de antiguidade, uma vez que as marcas do tempo indicam que o monumento pertence ao passado, e 3) valor de rememoração intencional, considerando a sua perpetuidade. Para isso, foram investigados os monumentos que representassem, de alguma forma, a cidade de Fortaleza e sua história juntamente com a população fortalezense, suas crenças, ideologias e tradições.

Analogamente, as seções e instruções do RDA foram escolhidas devido à forma e ao conteúdo do objeto a ser catalogado. O RDA, como um código digital, propõe diretrizes específicas para diversos conteúdos inscritos no ambiente virtual, como filmes, músicas, artigos e matérias de websites, entre outros. No que tange a artefatos tridimensionais, algumas seções e subdivisões são dispensáveis. Entretanto, buscou-se aquelas que possibilitassem a elaboração de representações descritivas acerca da indicação de autoria e título, data de inauguração, localização geográfica, registro de revitalizações e possíveis alterações de localidade, eventos, entre outros. Dessa forma, vale ressaltar que as seções e instruções foram averiguadas de modo a buscar o registro de descrições equivalentes à patrimônios materiais, de maneira a atribuir não somente suas descrições físicas, mas também os seus valores e a sua importância nas respectivas entidades. Portanto, conclui-se a primeira etapa da análise de conteúdo, onde o pesquisador começa a organizar o material para que se torne útil à pesquisa. Na sequência, tem-se a fase de exploração do material abordada a seguir.

5.2 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Com o *corpus* estabelecido, tornou-se possível efetivar a catalogação em meio digital. Esta fase possui como finalidade a codificação e a categorização do material. Na codificação, a unidade de registro estabelecida foi o objeto ou referente, ou seja, os temas-eixo que agrupam em seu redor tudo o que é expresso a seu respeito (Bardin, 2011). No caso desta pesquisa, todas as descrições coletadas sobre os monumentos históricos, mantidas em sua forma íntegra ou adquiridas a partir de fontes externas obedecendo às diretrizes do RDA, tiveram o seu texto recortado com base no próprio artefato e em outros elementos à sua volta, como a localização geográfica, placas de identificação, contexto de produção e inauguração, entre outros. Concluindo esse processo, será possível visualizar diferentes mensagens divididas em elementos menores, que especificam a unidade da amostra. Esses códigos e elementos são

fornecidos pelo próprio RDA. Por exemplo, na **Seção 1: Atributos de Manifestação e Item**, tem-se **2.3 Título** e, dentro deste, tem-se **2.3.3 Título Próprio**, e assim sucessivamente. Dessa forma, outros documentos da amostra poderão receber os mesmos códigos. Essas subdivisões são necessárias para tornar a catalogação mais precisa. Além disso, não foi possível utilizar as seções 4 (Atributos de Conceito, Lugar, Evento e Objeto) e 10 (Relacionamentos entre Conceito, Lugar, Evento e Objeto) em sua totalidade, por ainda estarem em desenvolvimento, mesmo após o lançamento do RDA.

A unidade de contexto, por sua vez, serviu para codificar a unidade de registro. Como os monumentos coletados estão todos situados na cidade de Fortaleza e foram construídos e instalados em diferentes épocas, torna-se necessário levar em consideração o contexto daquele período e de seu viés político, religioso e/ou social. Certamente, essas informações se encontram em sua descrição.

Posteriormente, na etapa de categorização do material, os materiais foram classificados seguindo os critérios do RDA, facilitando a análise da informação. Assim, tem-se as categorias de: referência, elemento e atributos. Elas agrupam os dados considerando a parte comum existente entre eles. As referências e os elementos utilizados na catalogação da amostra foram retirados do Apêndice B, levando em consideração a seleção realizada na etapa de pré-análise. Enquanto os atributos empregados estão relacionados às descrições listadas no Apêndice A.

Em virtude disso, tem-se a amostra escolhida correspondente a três monumentos históricos de Fortaleza: a Casa Natal de José de Alencar, a estátua Iracema - Musa do Ceará e o Monumento a José de Alencar (em formato de busto). A definição destes para compor a amostragem justifica-se pela frequência das unidades de registro, uma vez que esses três artefatos se relacionam, de alguma forma, com José de Alencar, notável escritor e natural de Fortaleza. Inclusive, dentre os 61 monumentos coletados, 11 deles se relacionam de alguma forma com este autor. Para Bardin (2011), a importância de uma unidade de registro aumenta de acordo com a frequência de aparição. Desse modo, a seguir está explicitada, no Quadro 9, a catalogação da Casa Natal de José de Alencar, assim como a sua fotografia (Figura 5).

Quadro 9 – Casa Natal de José de Alencar catalogada de acordo com o RDA

Figura 5 – Fotografia da Casa Natal de José de Alencar



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

REF	ELEMENTO	ATRIBUTOS
2.3.2	Título próprio	Casa Natal de José de Alencar
2.3.6	Título alternativo	Casa de José de Alencar
2.21	Nota do item	Instituição cultural tombada pelo IPHAN em 1964. Número do processo: 0649-T-1962. Livro do Tombo Histórico: Inscrição N° 376, Vol. 1, F. 061, de 10 de agosto de 1964.
3.6.1.4	Detalhes do material do suporte	Trata-se de uma pequena casa de três cômodos construída em pedra e cal, com madeiramento primitivo de carnaúba. Piso da casa em tijolo batido. Possui telhado simples.
4.3	Informações para contato	Fone: (85) 3366.9276

		<p>Email: casajosedealencar@ufc.br</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/casajosedealencaroficial/</p> <p>Instagram: https://www.instagram.com/casajosedealencaroficial/?igshid=yfwbtkgdx8r0</p> <p>Endereço: Washington Soares, 6055 – Bairro José de Alencar – Fortaleza/CE – Brasil</p>
4.4	Restrição de acesso	Situada no Sítio Alagadiço Novo. Horário de funcionamento: segunda a sexta das 8 às 17 horas. Sábados, domingos e feriados das 8 às 15 horas. Visitas permitidas mediante agendamento prévio.
6.2.2	Título preferido da Obra	José de Alencar
6.3	Forma da Obra	Casa residencial
6.4	Data da Obra	1829-1877
6.5	Local de origem da Obra	Messejana, Fortaleza, Ceará, Brasil
6.7	História da Obra	“N’esta casa nasceu José de Alencar, a 1º de maio de 1829. Um século depois, os cearenses collocaram, aqui, esta placa, assignalando o orgulho que experimentam, em ter sido esta a terra de seu berço. Messejana, 1º-5-1929.”
6.9	Tipo de conteúdo	forma tridimensional tátil
11.2.2	Nome preferido da pessoa jurídica	Universidade Federal do Ceará
11.2.3	Nome alternativa da pessoa jurídica	UFC
11.3	Local associado à pessoa jurídica	Fortaleza, Ceará, Brasil
11.8	Língua da pessoa jurídica	Português
11.9	Endereço da pessoa jurídica	Avenida da Universidade, 2683 - Benfica, Fortaleza, Ceará - CEP 60.020-181
11.10	Campo de atuação da pessoa jurídica	Educação superior
16.2.2	Nome preferido do local	Bairro José de Alencar
16.2.3	Nome alternativo do local	Avenida Washington Soares, nº 6.055 - José de Alencar - CEP 60.830-640
17.5	Expressão da Obra	forma tridimensional tátil
17.7	Manifestação da Obra	Casa residencial
17.8	Obra manifestada	José de Alencar
22.3	Custodiante	Universidade Federal do Ceará
22.4	Outro Agente associado ao Item	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
25.1	Obra relacionada	Iracema

26.1	Expressão relacionada	Forma tridimensional tátil
28.1	Item relacionado	Monumento a José de Alencar

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O monumento histórico Casa Natal de José de Alencar é a casa residencial onde o escritor nasceu. Sua representação descritiva com base no código RDA evidenciou o fato deste bem ser tombado pelo IPHAN e ter como custodiante a UFC. Além de sua localização, aspectos materiais, informações para contato e restrição de acesso, visto que o monumento se localiza em um sítio que possui horário de funcionamento e agendamento para visitas. Além disso, foi possível registrar relações com a obra *Iracema*, personagem que dá título a um romance do autor, e com outro monumento erguido em sua homenagem.

Importante ressaltar que esse bem se encaixa na categoria de monumentos não-intencionais, visto que, para Riegl (2006), não é a sua concepção original que lhe confere a significação de monumento, mas na verdade, o próprio ser humano, enquanto sujeito moderno, que a atribui. Ou seja, a casa quando foi construída não possuía importância alguma, a não ser para a família que ali habitaria. Contudo, dado o prestígio em torno do escritor José de Alencar e todas as suas contribuições para o segmento literário brasileiro e a própria história do Ceará e do Brasil, a casa foi tombada como monumento histórico e vista como espaço de cultura para os seus visitantes.

Posteriormente, foi realizada a catalogação da estátua *Iracema - Musa do Ceará* (Figura 6), demonstrada no Quadro 10.

Quadro 10 – Iracema - Musa do Ceará catalogada de acordo com o RDA

Figura 6 – Fotografia da Iracema - Musa do Ceará



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

REF	ELEMENTO	ATRIBUTO
2.3.2	Título próprio	Iracema - Musa do Ceará
2.3.6	Título alternativo	Estátua de Iracema Estátua de Iracema da Lagoa de Messejana Banho de Iracema
2.4.2	Responsabilidade relacionada ao título próprio	Alexandre Rodrigues
2.10.4	Nome do fabricante	IMAGIC!
2.17.9	Nota da fabricação	De acordo com o diretor da IMAGIC!, Leonardo Fontenele, 16 profissionais trabalharam durante quatro meses para

		concluir a estátua. O norte-americano Joseph De Cola, que na época estudava o indianismo brasileiro, foi o idealizador do projeto, transformado posteriormente em lei municipal.
2.17	Nota da Manifestação	A estátua foi instituída na Lei Ordinária nº 8.710, de 30 de maio de 2003.
2.21	Nota do Item	A estátua foi construída após o concurso de mesmo nome, promovido pelo Sistema Verdes Mares. Participaram 2.760 candidatas e as características físicas da vencedora, a ex-BBB cearense Natália Nara, que tinha 21 anos na época, serviram como base para o molde do monumento.
3.5	Dimensões	12 metros de altura
3.6	Material base	aço
3.7	Material aplicado	tinta verde
6.2.2	Título preferido da Obra	Iracema
6.3	Forma da Obra	Estátua
6.4	Data da Obra	1865
6.5	Local de origem da Obra	Messejana, Fortaleza, Ceará, Brasil
6.7	História da Obra	A figura representa a personagem da obra Iracema do autor José de Alencar. A virgem dos lábios de mel, como referenciada na obra, encontra-se sentada sobre uma pedra com uma concha (“cuia”) em sua mão esquerda, que deveria funcionar como um chafariz, molhando os seus cabelos.
6.9	Tipo de conteúdo	forma tridimensional tátil
9.2	Nome do responsável	Alexandre Rodrigues
9.7	Gênero do responsável	Masculino
9.10	País associado ao responsável	Brasil
9.14	Língua do responsável	Português
9.15	Campo de atuação do responsável	Artes plásticas
9.16	Profissão ou ocupação do responsável	Artista plástico
16.2.2	Nome preferido do local	Bairro Messejana
17.5	Expressão da Obra	forma tridimensional tátil
17.7	Manifestação da Obra	Estátua
17.8	Obra manifestada	Iracema
19.2	Criador	Alexandre Rodrigues
20.2	Contribuinte	Prefeitura de Fortaleza

		Grupo Edson Queiroz Telemar Tim Banco Nordeste
21.5	Fabricante	IMAGIC!
25.1	Obra relacionada	José de Alencar
26.1	Expressão relacionada	forma tridimensional tátil
28.1	Item relacionado	Casa Natal de José de Alencar Monumento a José de Alencar

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Esse monumento histórico incorpora a personagem de José de Alencar, Iracema, referenciada como a virgem dos lábios de mel por seu autor. Sua catalogação foi mais robusta, visto que dados em torno de sua fabricação foram coletados, assim como patrocinadores de sua produção e inauguração foram considerados como contribuintes. Suas dimensões, materiais base e aplicado também apareceram nas representações descritivas. Por conseguinte, foi possível registrar relações com a obra José de Alencar e outros monumentos que lhe dizem respeito.

Outrossim, vale salientar um fato interessante em torno da concepção da estátua. Um concurso foi realizado para eleger, entre quase 3.000 candidatas, uma modelo que teria suas características físicas utilizadas como base para a confecção do monumento. Além disso, também foi possível indicar a lei que autoriza a edificação da estátua no centro da Lagoa de Messejana. Por mérito do RDA, essas informações foram catalogadas como notas de item e de manifestação, respectivamente. Ao contrário do AACR2 que não possui essa diferenciação e sintetizaria tudo na área geral de notas.

Cabe ressaltar que a Iracema - Musa do Ceará se caracteriza como um monumento intencional, visto que é uma obra destinada a homenagear um importante personagem da literatura brasileira, pela vontade de seus criadores.

Em seguida, foi realizada a catalogação do Monumento a José de Alencar (Figura 7), exibida no Quadro 11.

Quadro 11 – Monumento a José de Alencar catalogado de acordo com o RDA

Figura 7 – Fotografia do Monumento a José de Alencar



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

REF	ELEMENTO	ATRIBUTO
2.3.2	Título próprio	Monumento a José de Alencar
2.3.6	Título alternativo	Busto de José de Alencar
2.4.2	Responsabilidade relacionada ao título próprio	idealizado pelo poeta Edmar Freitas
2.8.6	Data de publicação	maio de 2012
2.17	Nota da Manifestação	Autorizado pela Lei 9.795 de 21 de junho de 2011 sancionada pela Exma. Sra. prefeita de Fortaleza Luizianne Lins. Projeto de Lei de autoria do Vereador Paulo Facó (Projeto de Lei nº 0188/2010 de 10 de junho de 2010 que

		dispõe sobre a construção de um monumento em homenagem ao escritor José de Alencar).
6.2.2	Título preferido da Obra	José de Alencar
6.3	Forma da Obra	Monumento em forma de busto
6.4	Data da Obra	1829-1877
6.5	Local de origem da Obra	Messejana, Fortaleza, Ceará, Brasil
6.7	História da Obra	“José de Alencar (1829-1877). Em 1º de maio de 1829 nasceu nesta terra abençoada de Messejana no Sítio Alagadiço Novo, o Escritor José de Alencar, que através da sua grande obra levou o nome de Messejana a todas as partes do mundo. Esta é uma homenagem do povo de Messejana ao seu filho ilustre.”
6.9	Tipo de Conteúdo	forma tridimensional tátil
9.2	Nome do responsável	Edmar Freitas
9.5	Nome completo do responsável	Francisco Edmar de Freitas
9.7	Gênero do responsável	Masculino
9.8	Local de nascimento do responsável	Limoeiro do Norte - Ceará
9.10	País associado ao responsável	Brasil
9.14	Língua do responsável	Português
9.15	Campo de atuação do responsável	Político, educacional e literário
9.16	Profissão ou ocupação do responsável	Escritor e político
9.17	Biografia	Francisco Edmar de Freitas nasceu no dia 3 de abril de 1954, no município de Limoeiro do Norte, Ceará. Em 1970, embarcou para Fortaleza, aos 15 anos de idade, para ajudar o seu pai, que trabalhava na capital. Em 1985, fundou junto com companheiros a Associação de Moradores do Bairro Sítio São José. Na época, os cidadãos estavam indignados com a situação de abandono do lugar e se uniram para coordenarem um dos primeiros movimentos comunitários de Messejana contra a inépcia política que atrasava o acesso do povo aos serviços públicos. Em 2002, formou-se no curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Desde então, Edmar Freitas atua fortemente através da cultura e da dedicação às causas sociais e ao movimento comunitário.
16.2.2	Nome preferido do local	Bairro Messejana
16.2.3	Nome alternativo do local	Praça de Messejana (Lagoa de Messejana), Bairro Messejana, CEP 60.840-280
17.5	Expressão da Obra	forma tridimensional tátil

17.7	Manifestação da Obra	Busto
17.8	Obra manifestada	José de Alencar
19.2	Criador	Edmar Freitas
20.2	Contribuinte	Associação de Moradores de Messejana (Amme) Prefeitura de Fortaleza Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) Secretaria Executiva Regional VI (SER VI)
25.1	Obra relacionada	Iracema
26.1	Expressão Relacionada	forma tridimensional tátil
28.1	Item relacionado	Casa Natal de José de Alencar

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Com efeito, a catalogação do Monumento a José de Alencar foi efetivada. Nesse caso, foi possível descrever o agente idealizador da obra com mais volume, uma vez que é um poeta e político popular na cidade. Importante ressaltar que, com a indicação da sua manifestação, proporcionada pelo RDA, torna-se possível diferenciar esse monumento de outras obras que possuam o mesmo nome. Alguns órgãos que colaboraram para a sua identificação foram considerados como contribuintes. E, assim, foram registrados a obra Iracema e o item Casa Natal de José de Alencar como relacionamentos.

Ademais, vale enfatizar que esse bem se encaixa no segmento de monumentos intencionais, sendo uma comemoração a um ilustre escritor brasileiro, atribuído de valor simbólico no momento de sua produção e portador de uma mensagem elaborada para ser lançada ao futuro (Riegl, 2006). Em decorrência disso, a catalogação da amostra foi efetivada. Em seguida, tem-se a última etapa da análise de conteúdo.

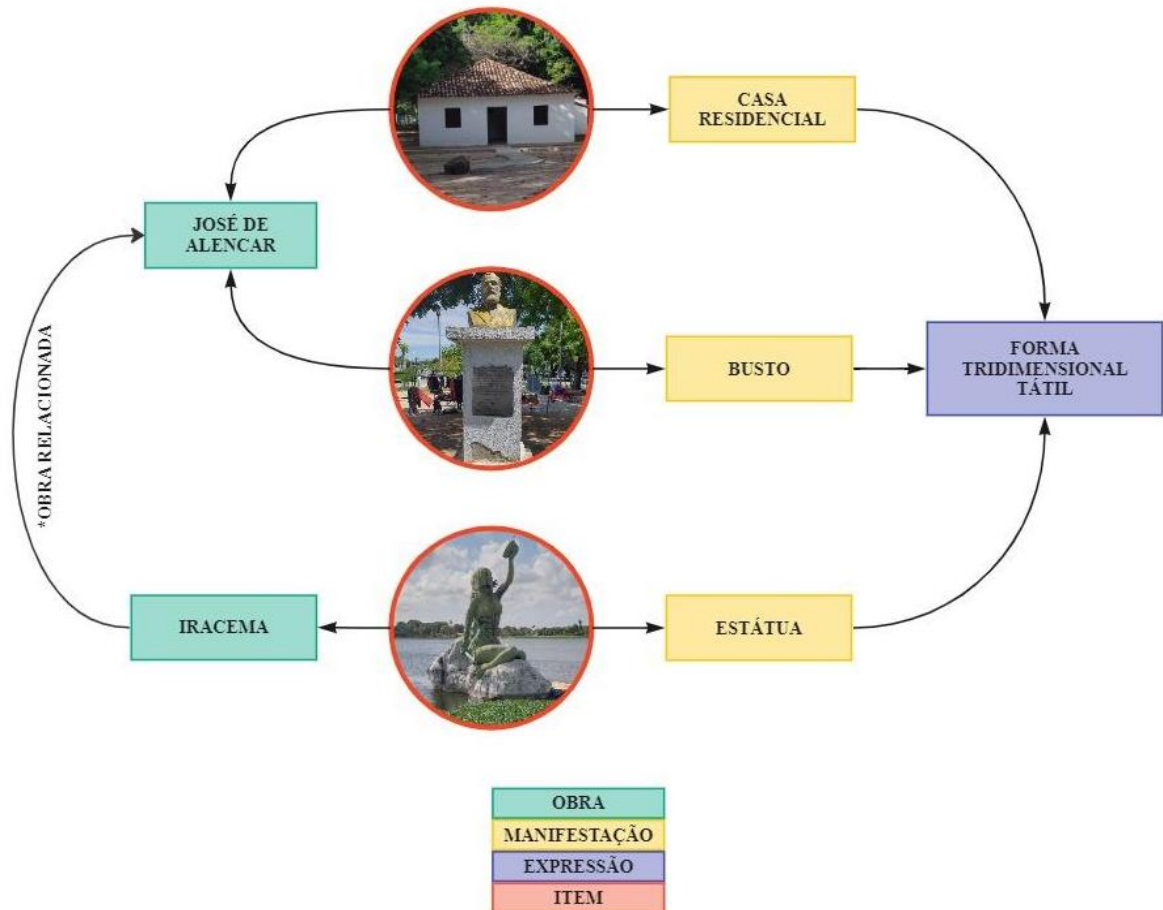
5.3 TRATAMENTO DOS RESULTADOS OBTIDOS E INTERPRETAÇÃO

Nessa fase, os dados coletados foram tratados de forma a tornar o seu uso significativo. A partir da catalogação da amostragem no RDA, tornou-se possível a elaboração de diagramas, com base nos modelos conceituais intrínsecos ao código digital, que destacam as relações entre as entidades e os atributos.

Com o modelo FRBR (Figura 8), foi possível perceber que os três monumentos históricos se expressam da mesma forma, entretanto, possuem manifestações diferentes. Ademais, tanto a Casa Natal de José de Alencar quanto o Monumento a José de Alencar

compartilham a mesma obra, ou seja, o próprio José de Alencar. Já a Iracema - Musa do Ceará tem como obra a personagem do mesmo autor, gerando um novo relacionamento.

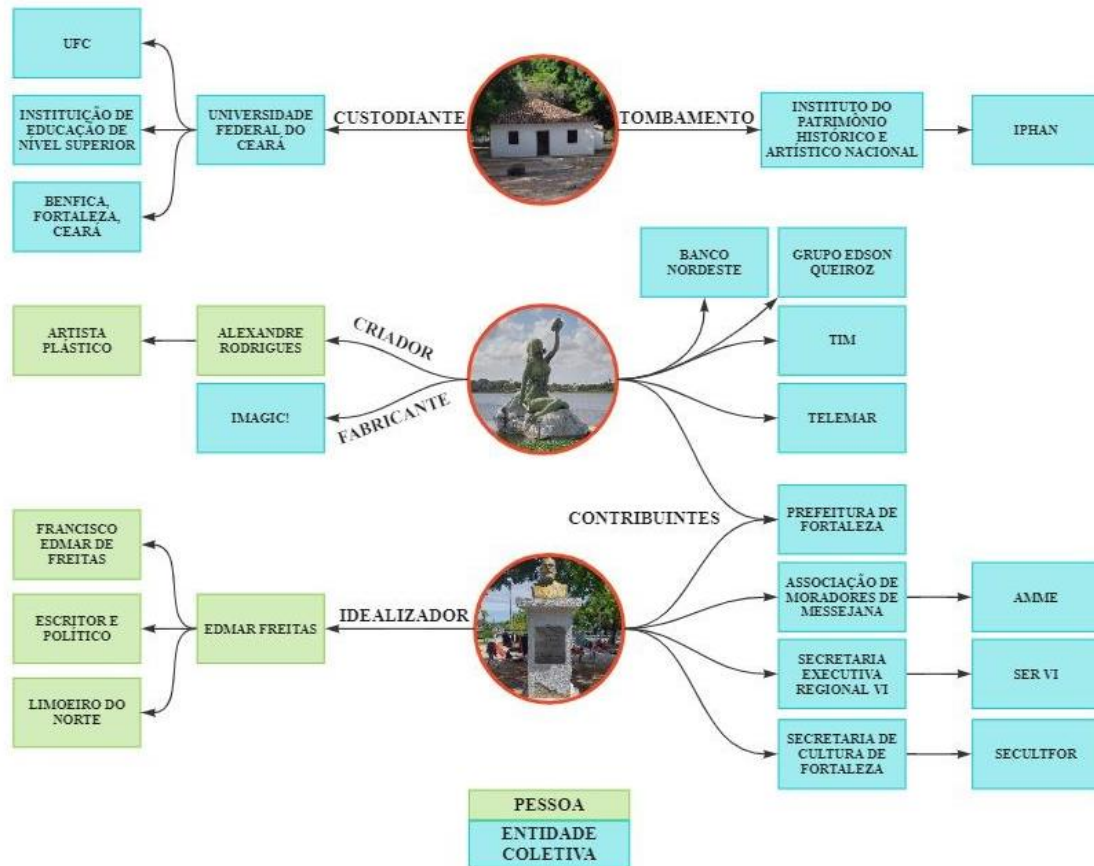
Figura 8 – Relacionamentos modelo FRBR da amostragem



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em virtude do modelo FRAD (Figura 9), destacaram-se as pessoas e entidades coletivas criadoras, idealizadoras, custodiantes, fabricantes e contribuintes dos monumentos históricos de Fortaleza. Nesse caso, é perceptível que a Iracema - Musa do Ceará e o Monumento José de Alencar tinham a Prefeitura de Fortaleza como contribuinte em comum, possibilitando a construção de uma relação entre as variáveis.

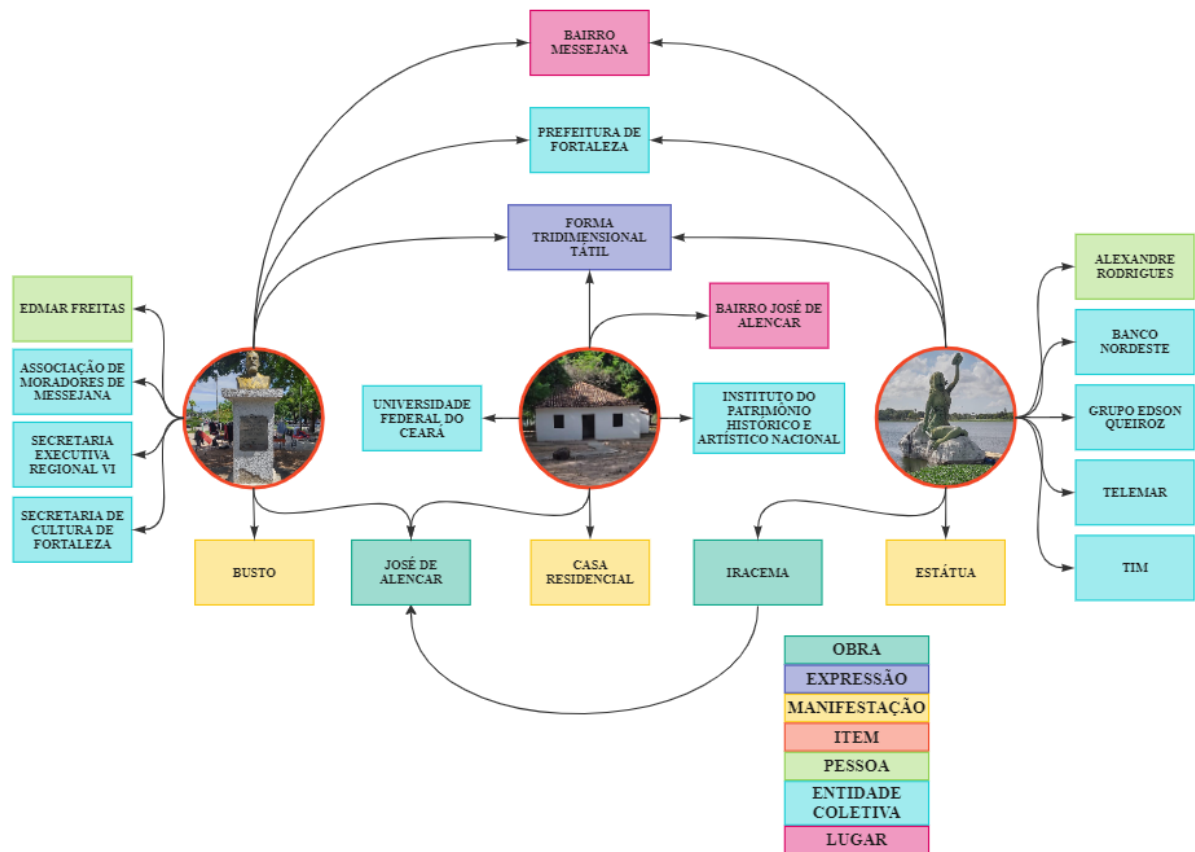
Figura 9 – Relacionamentos modelo FRAD da amostragem



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Por conseguinte, com o modelo FRSAD (Figura 10), tornou-se possível registrar todos os atributos das entidades dos Grupos 1, 2 e 3 do modelo FRBR, desenvolvidas neste e nos modelos FRAD e FRSAD, como assunto. Dessa maneira, o usuário poderá recuperar de forma mais precisa o monumento que estiver procurando a partir da sua forma de expressão e manifestação, do local onde se encontra, do seu autor ou criador, entre outros. Assim como ele poderá visualizar algumas relações, prova disso é o fato da Iracema - Musa do Ceará e o Monumento a José de Alencar estarem localizados no mesmo bairro. Não obstante, com a limitação do RDA em torno das Seções 4 e 10, já abordadas anteriormente, foi possível registrar atributos apenas na entidade Local do modelo FRSAD.

Figura 10 – Relacionamentos modelo FRSAD da amostragem



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Em suma, com a catalogação da amostragem realizada em meio digital, seguindo as diretrizes fornecidas pelo RDA, algumas interpretações e inferências foram estabelecidas a seguir:

- a) a digitalização e catalogação desses patrimônios proporcionam o acesso universal a informações sobre estes bens e os respectivos locais onde se encontram e, caso sejam adotadas medidas de preservação digital da informação, garante-se que esses dados não se percam ao longo do tempo;
- b) os resultados obtidos serão capazes de gerar insumos para o monitoramento da condição física dos monumentos ao longo do tempo, facilitando a identificação de potenciais ameaças, como vandalismo, desastres naturais, entre outros;
- c) possuir um registro atualizado desses bens pode orientar medidas de conservação e restauração necessárias, bem como decisões mais precisas para que as intervenções sejam feitas de maneira informada;
- d) o meio científico-acadêmico se beneficiará enormemente desses resultados, uma vez que o acesso a informações precisas desses bens poderá acelerar e facilitar pesquisas

históricas, contribuindo para uma compreensão mais intensa da época em que aquele monumento estudado foi construído e instalado e os eventos que o cercam;

- e) os monumentos catalogados serão capazes de gerar insumos para escolas, universidades e outras organizações educacionais no que diz respeito às atividades de educação patrimonial, tornando-se instrumentos de aprendizagem e conscientização acerca do patrimônio cultural e estimulando um maior interesse na preservação da história daquela região e de seus habitantes, evitando crises identitárias;
- f) com o registro das relações que os monumentos possuem, será possível obter uma visão mais abrangente e interconectada da história da região, visto que eles estão integrados em uma unidade e seus dados estão interconectados.

Em virtude disso, foi possível elaborar um modelo de interface de um catálogo digital (Figura 11) que ilustra como algumas descrições apareceriam para o usuário. Ainda, com os relacionamentos entre algumas entidades e seus atributos registrados de acordo com o RDA, o sistema de sugestões seria viável. Isto é, ao procurar determinado monumento, o catálogo poderá sugerir outros monumentos com características semelhantes relacionadas àquele buscado primeiro.

Figura 11 – Modelo de interface do catálogo digital



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Nessa perspectiva, as entidades dos modelos conceituais desempenharam um importante papel, proporcionando uma visão sistemática, onde o objeto a ser catalogado representa alguma ideia, evento ou personalidade (Obra), sendo expressado pelo sentido visual e tátil (Expressão), manifestado através de uma estátua, busto, escultura ou outra edificação (Manifestação) e resultando em um produto final (Item). Ainda, identificando sua autoria, manufatura e custódia (Pessoa e/ou Entidade Coletiva), o local onde se situa (Lugar) e outros assuntos. Com base nessas considerações, o código proporciona o registro das relações entre essas entidades e seus respectivos atributos, possibilitando a composição de catálogos digitais interativos que servem de instrumento para a manutenção, conservação e salvaguarda desses bens, assim como fomentam iniciativas de educação patrimonial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A catalogação de monumentos históricos é uma prática de extrema importância para a preservação do patrimônio cultural de uma região, assim como da história do povo que ali habita. Esse processo envolve técnicas inerentes à área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, que são utilizadas para a organização das informações pertencentes a esses bens, visando torná-las mais acessíveis e facilitar a sua recuperação e o seu uso.

Nesse contexto, a partir da metodologia aplicada na pesquisa e dos resultados obtidos foi possível demonstrar como estes patrimônios, localizados na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, devem ser catalogados em meio digital, a fim de fornecer dados que possibilitem o estudo, a pesquisa, a fiscalização e a salvaguarda destes bens. O código de catalogação RDA explicitou uma nova forma, mais interativa, de catalogar esses artefatos, proporcionando novas possibilidades, como o sistema de sugestões, visto que os atributos de um monumento se relacionam com atributos semelhantes de outros monumentos.

Diante disso, foi possível alcançar o objetivo geral deste trabalho de propor um modelo de catalogação em meio digital para os monumentos históricos da cidade de Fortaleza. Com as técnicas utilizadas na coleta de dados e na construção do *corpus* do trabalho, foram listados os monumentos históricos situados na cidade de Fortaleza, bem como as suas respectivas descrições (Apêndice A). Também foram selecionadas as seções do RDA mais relevantes para a catalogação destes monumentos (Apêndice B), tendo em vista a referência, o elemento, o escopo e a fonte de informação fornecidos pelo RDA para catalogar diversos tipos de conteúdo.

Com o *corpus* estabelecido, foi possível realizar as atribuições dos dados relativos aos monumentos nas respectivas seções do RDA. Para isso, foi necessário definir uma amostra para a pesquisa, que consistiu na catalogação de três monumentos históricos. Com base em suas descrições e nos modelos conceituais, várias relações entre as variáveis foram percebidas, como também, algumas interpretações e inferências foram desenvolvidas. Desse modo, o modelo de catalogação no RDA para os monumentos históricos de Fortaleza foi apresentado.

Certamente, durante o processo de construção e desenvolvimento desta pesquisa, vários conhecimentos em torno da história da cidade de Fortaleza foram adquiridos. Os monumentos históricos são ricas fontes de informações, a partir deles a história de uma região é conservada e disseminada. Por exemplo, o Forte de Nossa Senhora da Assunção ajuda a contar a origem da cidade de Fortaleza, levando em consideração a colonização dos europeus, a presença indígena e os primeiros povoados a se formarem em torno do Riacho Pajeú. As estátuas de Iracema ilustram uma das personagens mais importantes da literatura brasileira e eternizam a obra de

seu autor nascido em Fortaleza. Assim, verifica-se potenciais insumos para a fomentação da educação patrimonial da cidade.

Não obstante, foi perceptível que grande parte dos monumentos não são monitorados e conservados pela Prefeitura da Cidade e pelo Governo do Estado, sendo vítimas de pichações, depredações e, até mesmo, roubos e furtos. Prova disso são os óculos da estátua de Rachel de Queiroz, que já foram furtados. Vale salientar também o motor da fonte de água da Iracema - Musa do Ceará que deveria fazê-la jorrar água de uma cuia em sua mão até os seus cabelos, mas já foi furtado tantas vezes que há anos a estátua está sem o motor.

Portanto, compreende-se o papel do bibliotecário como mediador social e cultural que possui o dever de levar a informação à população, principalmente no que diz respeito à história daquele povo e da região onde vive. Iniciativas de educação patrimonial são de extrema importância para evitar que os próprios habitantes de uma cidade destruam a sua história, que está representada em diversos monumentos espalhados pela paisagem, e para solicitar às autoridades a devida preservação e manutenção de seu patrimônio cultural.

Com base nessas considerações, pretende-se apresentar o modelo de catalogação proposto nesta pesquisa para a SECULTFOR, tendo em vista a geração de insumos para construção de uma unidade de registro com os monumentos históricos de Fortaleza. Ademais, vale destacar sugestões para trabalhos futuros, como o desenvolvimento de um catálogo digital e a criação de um esquema de metadados que visem a preservação digital desse catálogo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. E. B. C. **Instrumentos de representação descritiva da informação**. Brasília, DF: CAPES : UAB ; Rio de Janeiro, RJ : Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018. 134 p. ISBN 978-85-85229-21-4.
- ALENCAR, J. **Iracema**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1865. 84 p. Disponível em: https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/iracema.pdf. Acesso em: 3 dez. 2023.
- ALVES, R. C. V.; SANTOS, P. L. V. A. C. **Metadados no domínio bibliográfico**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2013.
- AZEVEDO, M. A. **Índice Alfabético e Iconografia da Cronologia Ilustrada de Fortaleza: Roteiro para um turismo histórico e cultural**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. 388 p. (Casa José de Alencar - Programa Editorial).
- BARASH, J. A. O lugar da lembrança. Reflexões sobre a teoria da memória coletiva em Paul Ricoeur. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 6, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www2.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede/article/view/6/65>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011. Título original: L'analyse de contenu. ISBN 978-85-62938-04-7.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.
- BORGES, G. Monumentos históricos de Fortaleza não são catalogados pela Prefeitura. **O POVO**, Fortaleza, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2022/11/17/monumentos-historicos-de-fortaleza-nao-sao-catalogados-pela-prefeitura.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 44, v. 16, p. 173-185, jan./abr. 2002.
- CAFÉ, L. M. A.; SALES, R. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios pelo bosque da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129.
- CAMPELLO, B. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. ISBN 85-85637-28-5.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 24-115, 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf. Acesso em: 2 dez. 2023.

CARDOSO, C. C. C. G. **A memória circunscrita**: adoção e uso dos conceitos de memória nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba – PPGCI/UFPB. 92f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7832>. Acesso em: 2 dez. 2023.

CARTERI, K. K. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/59>. Acesso em: 2 dez. 2023.

CHAGAS, M. As oficinas educativas do Museu Casa de Rui Barbosa - patrimônio cultural, memória social e museu: estímulos para processos educativos. In: **Jornada Museológica**: notícias sobre museus-casas. Papéis Avulsos nº 43. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 31-49.

CHAPOUTHIER, G. Registros evolutivos. **Viver Mente & Cérebro: Memória**, [s. l.], n. 2, p. 8-13, jul. 2006. Ed. Especial.

CHAVES, G.; VELOSO, P.; CAPELO, P. (Orgs). **Ah, Fortaleza!**. 2. ed. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009. 180 p. ISBN 978-85-8812-08-7.

CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Estação Liberdade e Editora UNESP, 2001. 286 p. Título original: L'allégorie du patrimoine. ISBN 978-85-7448-030-5.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Tradução de João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. 184 p. (Coleção Patrimônio). Título original: Le patrimoine en questions: anthologie pour un combat. ISBN 978-85-8054-034-5.

COSTA, K. L. **Noções Gerais de Museologia**. Curitiba: Intersaberes, 2020. 267 p. ISBN 978-85-2270-252-7.

COSTA, M. C. L. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 128, p. 81-111, 2014a.

COSTA, M. J. M. *et al.* O domínio patrimônio cultural na formação do bibliotecário: interseções e possibilidades de abordagem no Currículo do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 277-297, 2020. DOI 10.33467/conci.v2i3.13711. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13711>. Acesso em: 2 dez. 2023.

COSTA, S. A. A. **O artista Zenon Barreto e a arte pública na cidade de Fortaleza.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014b. (Coleção Textos Nômades).

DIÓGENES, B. H. N.; DUARTE JUNIOR, R. **Guia dos Bens Tombados do Ceará.** Fortaleza: Secult, 2006. 282 p. ISBN 857563199-3.

DURAND, G. **O imaginário.** RJ: DIFEL, 1997.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo:** Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005. ISBN 978-85-7108-149-9.

FORTALEZA. **Lei Ordinária nº 9.347, de 11 de março de 2008.** Dispõe sobre a proteção do patrimônio Histórico-Cultural e Natural do Município de Fortaleza, por meio do tombamento ou registro, cria o Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (COMPHIC) e dá outras providências. Fortaleza: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: [https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1616/text?#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20PROTE%C3%87%C3%83O%20DO,COMPHIC\)%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS](https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1616/text?#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20PROTE%C3%87%C3%83O%20DO,COMPHIC)%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS). Acesso em: 29 nov. 2023.

FUSCO, E. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 180 p. ISBN 978-85-7983-210-9.

GARCIA, F. **Fortaleza em Fotos e Fatos.** 2008. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 978-85-224-5823-3.

GIRÃO, R. **A cidade do Pajeú.** Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1982.

GRAMMONT, A. M. A construção do conceito de patrimônio histórico: restauração e cartas patrimoniais. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, El Sauzal (Tenerife), España, v. 4, n. 3, p. 437-442, mar. 2006. DOI 10.25145/j.pasos.2006.04.030. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2634>. Acesso em: 2 dez. 2023.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Título original: La mémoire collective. ISBN 85-7115-038-9.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC).** [S. l.]: IFLA, 2016. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/89>. Acesso em: 21 abr. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for authority data.** [S. l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/functional-requirements-for-authority-data>. Acesso em: 20 maio 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model**. Berlin: IFLA, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/FRSAD-final-report.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. Título original: Storia e memoria. ISBN 85-268-0180-5.

LEWINSOHN, R. Problemas da organização. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 40-44, 1941.

LIMA, G. A. Organização e representação do conhecimento e da informação da web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 25, número especial, p. 57-97, fev. 2020.

MACHADO, R. B. **Aplicação do resource description and access (RDA): exemplos práticos para teses e dissertações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2020. 199 p. ISBN 978-85-7193-417-7.

MACHADO, R. S.; ZAFALON, Z. R. **Catálogo: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 128 p. ISBN 978-65-5942-000-1. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 206 p. ISBN 85-85637-12-9.

MEY, E. S. A. Sobre catalogação e catálogo. In: MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995. cap. 1, p. 1-11.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Breve histórico dos catálogos e da catalogação. In: MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2009. cap. 3, p. 59-93.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. ISBN 978-85-271-0181-3.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E.; PICKLER, M. E. V. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **Revista de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 9, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6382>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MOTA, D. P. F.; CAVALCANTE, L. E.; FEITOSA, L. T. Informação, memória e patrimônio cultural. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.

298–312, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1055>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MOREIRA RODRIGUES, C. Cidade, Monumentalidade e Poder. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v.3, n. 6, p. 42-52, 21 set. 2009. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i6.a13410>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13410>. Acesso em: 2 dez. 2023.

NOBRE, L. **Fortaleza Nobre**: resgatando a Fortaleza antiga. 2009. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 137-146, jul./dez. 1998.

OLIVEIRA, T. D.; LOPES, C. E. J. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. **METAgaphias**, [s. l.], v. 3, n. 3, 2018. DOI 10.26512/mgraph.v3i3.19762. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/19762>. Acesso em: 21 nov. 2023.

OLIVER, C. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011. Título original: *Introducing RDA: A Guide to the Basics*. ISBN 978-85-85637-45-3.

PALHARES, M. C.; SILVA, A. B.; OLIVEIRA, F. M. Proposta de catalogação para acervo de indumentárias do Museu da Imigração de São Paulo. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 15, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1283>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PINHEIRO, A. V. Catalogação de livros raros: proposta de metodologia de formalização de notas especiais, para difusão, recuperação e salvaguarda. In: ENACAT: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1, 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/109278012/Catalogacao-de-livros-raros-proposta-demetodologia-de-formalizacao-de-notas-especiais-para-difusao-recuperacao-e-salvaguarda>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PITKIN, H. F. **O conceito de representação**. Política e Sociedade. São Paulo: Nacional, 1979.

RABELLO, S. O tombamento. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. ISBN 978-85-7334-279-6.

RDA Toolkit. **Original Toolkit**. 2018. Disponível em: <https://original.rdatoolkit.org/>. Acesso em: 2 dez. 2023.

RICOEUR, P. **A Memória, a História e o Esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 536 p. Título original: *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. ISBN 978-85-268-0777-8.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua gênese. Tradução de Elaine Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. 121 p. Título original: *Le culte moderne des monuments*. ISBN 85-7103-297-1.

SALES, O. M. M. **Preservação digital nas Ciências da Saúde**: modelo de metadados para preservação do prontuário eletrônico do paciente. João Pessoa, 2022. 247 f. Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26185>. Acesso em: 2 dez. 2023.

SOUSA, E. **Os Monumentos do Estado do Ceará**: referencia historico-descritiva. Edição fac-similar da de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULTFOR, 2006.

TOMAZ, P. C. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1-12, 31 ago. 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260>. Acesso em: 2 dez. 2023.

VELOSO, P. **Viva Fortaleza**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2011. 240 p. ISBN 978-85-88112-15-5.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

APÊNDICE A – IDENTIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS HISTÓRICOS DE FORTALEZA

MONUMENTOS NÃO-INTENCIONAIS
<p>Título: Casa Natal de José de Alencar</p> <p>Título Alternativo: Casa de José de Alencar</p> <p>Responsabilidade: Administração e guarda do patrimônio sob custódia da Universidade Federal do Ceará (UFC) desde 1965.</p> <p>Localização: Avenida Washington Soares, nº 6.055 - José de Alencar - CEP 60.830-640</p> <p>Aspectos materiais: Trata-se de uma pequena casa de três cômodos construída em pedra e cal, com madeiramento primitivo de carnaúba. Piso da casa em tijolo batido. Possui telhado simples.</p> <p>Descrição: Nesta casa nasceu José de Alencar, a 1º de maio de 1829. Um século depois, os cearenses collocaram, aqui, esta placa, assinalando o orgulho que experimentam, em ter sido esta a terra de seu berço. Messejana, 1º-5-1929.</p> <p>Tombamento: Instituição cultural tombada pelo IPHAN em 1964.</p> <p>Número do processo: 0649-T-1962.</p> <p>Livro do Tombo Histórico: Inscrição Nº 376, Vol. 1, F. 061, de 10 de agosto de 1964.</p> <p>Restrição de acesso: Situada no Sítio Alagadiço Novo. Horário de funcionamento: segunda a sexta das 8 às 17 horas. Sábados, domingos e feriados das 8 às 15 horas. Visitas permitidas mediante agendamento prévio.</p> <p>Informações para contato: Fone: (85) 3366.9276</p> <p>E-mail: casajosedealencar@ufc.br</p> <p>Facebook: https://www.facebook.com/casajosedealencaroficial/</p> <p>Instagram: https://www.instagram.com/casajosedealencaroficial/?igshid=yfwbtkgdx8r0</p> <p>Endereço: Washington Soares, 6055 – Bairro José de Alencar – Fortaleza/CE – Brasil</p>
<p>Título: Forte de Nossa Senhora da Assunção</p> <p>Título Alternativo: Forte Schoonenborch; Forte Assunção</p> <p>Autoria: Traçado do engenheiro inglês Richard Carr; reforma projetada pelo tenente-coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet</p> <p>Construção: 1649</p> <p>Localização: À margem esquerda da foz do Riacho Pajeú, sobre o monte Marajaitiba. Avenida Alberto Nepomuceno, Centro - CEP 60.025-130.</p> <p>Descrição: Forte construído pelos holandeses com a finalidade de defesa contra os indígenas e inimigos vindos do mar (outros europeus). O nome do forte, Schoonenborch, era uma homenagem ao governador holandês de Pernambuco, e a construção da edificação serviu para firmar por alguns anos a mais, o domínio holandês no Ceará. Entretanto, após a capitulação geral dos holandeses em Pernambuco, em 1654, o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto assumiu o comando do forte e o rebatizou com o nome de Forte de Nossa Senhora da Assunção. No início do século XX, houve o desarmamento e a fortificação permaneceu como monumento histórico. Atualmente, abriga a sede da 10ª Região Militar.</p> <p>Aspectos materiais: Inicialmente de madeira (estacas de carnaúba) e terra, sua planta apresentava a forma de um polígono pentagonal, cercado com parapeito e paliçada. Devido à estrutura precária, sofreu remendos até 1816, se transformou, de fato, em uma fortaleza, devido aos esforços do governador Manuel Inácio Sampaio e ao projeto do tenente-coronel engenheiro Antônio José da Silva Paulet. A planta de autoria deste último apresenta a forma de um quadrado com 90 metros de lado, com baluartes nos vértices, sob a invocação, respectivamente, de Nossa Senhora da Assunção (nordeste), Senhor Dom Pedro, Príncipe da Beira, João (noroeste), São José (sudeste) e Senhor Dom Pedro de Alcântara (sudoeste).</p> <p>Tombamento: Tombado pelo IPHAN como Conjunto Constituído pela Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com o Material de Artilharia Composto pelos Canhões de nº 01 a 06, e pelo Antigo Quartel da Guarnição do Ceará, Atual Quartel da 10ª RM.</p> <p>Número do Processo: 0651-T-62</p> <p>Livro Belas Artes: Inscrição Nº 631, Vol. 2, F. 60, de 4 de janeiro de 2012.</p> <p>Livro Histórico: Inscrição Nº 601, Vol. 3, F. 21, de 4 de janeiro de 2012.</p> <p>Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrição Nº 151, Vol. 2, F. 63, de 4 de janeiro de 2012.</p>
<p>Título: Palacete Carvalho Mota</p>

Título Alternativo: Solar Carvalho Mota; Palacete do coronel Carvalho Mota

Construção: 1907

Localização: Rua Pedro Pereira, 683 - Centro - CEP 60.035-000

Descrição: Construído para servir de residência para a família do Coronel Antônio Frederico de Carvalho Mota. Em 1909, foi alugado à Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a qual seria vendido em 1915. Com o decorrer dos anos, abrigou as instalações da IOCS, posteriormente Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), vindo a ser desocupada no final da década de 1970, com a construção da nova sede do DNOCS. Em 1983, foi restaurado pelo IPHAN para abrigar o Museu das Secas, mas, sem a devida manutenção das instalações, o local não tinha condições de atender o público. Atualmente, encontra-se fechado para projeto de restauração.

Aspectos materiais: Erguido em gleba contígua ao centro urbano, voltava-se para uma rua valorizada pela passagem de uma linha de bondes à tração animal que demandava o arrabalde do Benfica. O palacete reproduz o padrão das chamadas casas de “porão alto”, erguidas ainda no alinhamento das ruas, inspirado em modelos nacionais de procedência sulina. Possui dois andares, tendo o térreo janelas e portas em arco abatido. A fachada principal tem a parte superior decorada por uma balaustrada encimada por pináculos. Abaixo dela, existe uma cimalha que percorre as duas fachadas visíveis da rua. As janelas superiores da fachada principal apresentam formato em arco, encimado por outro arco decorado. A entrada principal tem formato semelhante, e é igualmente decorada. Todas as janelas do edifício possuem vedação em veneziana, assim como as do segundo pavimento possuem balcão formado por gradil em ferro.

Número do Processo: 1057-T-82

Livro Belas Artes: Inscrição Nº 551, Vol. 2, F. 004, de 19 de maio de 1983.

Título: Palacete Senador Alencar

Título Alternativo: Palácio Senador Alencar; Museu do Ceará; Museu Histórico do Ceará; Antiga Assembléia Provincial; Antiga Assembléia Legislativa Estadual

Autoria: projeto do arquiteto Adolpho Herbster

Construção: Iniciada em 1856 e concluída em 1871.

Localização: Rua São Paulo, 51 - Centro - CEP 60.030-100

Descrição: Idealizado originalmente para ser a Assembléia Legislativa Provincial do Ceará, na época do Brasil Império. O Poder Legislativo ali funcionou por mais de um século - com o intervalo durante a ditadura do Estado Novo, quando as casas parlamentares foram fechadas. O térreo do palacete, então, recebeu a Faculdade de Direito. O andar de cima, o Tribunal de Contas. Em 1977, o palacete passou a abrigar a Academia Cearense de Letras, Tribunal Regional Eleitoral (TRE-CE), Biblioteca Pública e Instituto do Ceará. Desde 1990, abriga o Museu do Ceará. O nome do palácio é uma homenagem a José Martiniano Pereira de Alencar, que, além de pai do escritor José de Alencar, foi deputado pela Província do Ceará na legislatura de 1830 a 1833 e tornou-se senador em 1832.

Aspectos materiais: A construção é formada por um edifício em dois pavimentos, possuindo frontão e arquivolta em cantaria, que orna a porta principal, a qual é feita em madeira e apresenta formato almofadado na sua decoração. A porta é precedida por um pórtico formado por quatro colunas em pedra de lioz. O pórtico sustenta um balcão e uma balaustrada, para qual se abrem três janelas. Há, na fachada principal, um frontão triangular com o brasão republicano. A fachada principal, bem como a esquerda e a direita, apresentam janelas em arco pleno, possuindo as do piso superior, balcões em ferro trabalhado. As fachadas da construção são laminadas.

Tombamento: Tombado pela União, através do IPHAN, em 1973, quando ainda era sede da Assembléia Legislativa do Estadual. Considerado o marco oficial do estilo neoclássico brasileiro.

Número do Processo: 0863-T-72

Livro Belas Artes: Inscrição Nº 502, Vol. 1, F. 091, de 28 de fevereiro de 1973.

Livro Histórico: Inscrição Nº 440, Vol. 1, F. 072, de 28 de fevereiro de 1973.

Título: Teatro José de Alencar

Título Alternativo: Theatro José de Alencar; Teatro Municipal

Autoria: Bernardo José de Melo

Responsabilidade: pertence à Secretaria de Cultura (Secult)

Construção: teve início em 6 de junho de 1908 e durou dois anos ininterruptos.

Inauguração: 17 de junho de 1910.

Localização: Rua Liberato Barroso, 525, Praça José de Alencar - Centro - CEP 60.130-160

Aspectos materiais: Ocupa uma área construída de 3.800 m². Trata-se de uma construção que concilia a utilização da alvenaria (paredes laterais, posterior e teto), com a estrutura de ferro decorado, formando as frisas, camarotes e varandas externas, bem como a fachada principal. Apresenta arquitetura eclética e sala de

espetáculo em estilo art nouveau de três andares que comporta 800 lugares. O complexo do Theatro conta ainda com auditório de 120 lugares, foyers, espaço cênico a céu aberto e o prédio anexo, com 2.600 m².

Reformas: A primeira reforma ocorreu em 1918, para instalação de energia elétrica e troca do piso de betume do jardim por ladrilhos hidráulicos. Em 1957, as cadeiras austríacas com assentos em palhinha foram substituídas por poltronas de estofamento plástico. Entre 1974 e 1975, passou por completa restauração e recebeu um jardim lateral, projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx. E entre 1990 e 1991, foi acrescentado ao conjunto: um prédio anexo, funcionando como centro técnico; ar refrigerado; remoção de duas colunas, aumentando o campo de visão da plateia; vedamento contra ruídos externos; e o acréscimo das antigas instalações da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, adicionando mais três palcos e transformando o teatro num centro cultural.

Tombamento: Referência artística nacional tombada pelo IPHAN em 1987, possui qualidade de Teatro-Monumento.

Número do Processo: 0650-T-1962.

Livro do Tombo Belas Artes: Inscrição Nº 479, Vol. 1, F. 089, de 10 de agosto de 1964.

MONUMENTOS INTENCIONAIS

Título: Busto de Carlito Pamplona

Localização: Praça Almirante Saldanha - Centro - CEP 60.060-390

Aspectos materiais: busto de cimento e base com relevo

Título: Busto de Demócrito Rocha

Descrição: Demócrito Rocha (14/04/1888-29/11/1943) foi fundador do Jornal o Povo.

Inauguração: 7 de janeiro de 1991

Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160

Título: Busto de Dorian Sampaio

Descrição: Dorian Sampaio (12/03/1927-28/05/2000) foi fundador do Jornal JD.

Inauguração: 13 de agosto de 2003

Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160

Título: Busto de Duque de Caxias

Inauguração: 25 de agosto de 1947

Localização: Praça da Bandeira/Praça do Cristo Rei - Centro - CEP 60.191-156

Título: Busto de Ernesto Pereira Carneiro

Ernesto Pereira Carneiro (14/04/1877-21/01/1954) foi presidente do Jornal do Brasil.

Inauguração: 14 de abril de 1982

Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160

Título: Busto de João Dummar

Inauguração: 27 de março de 2015

Localização: cruzamento da Avenida Antônio Sales com a Rua Oswaldo Cruz (Praça Radialista João Dummar) - Dionísio Torres.

Custódia: área conservada por FZ Imóveis

Órgãos relacionados: Prefeitura de Fortaleza

Título: Busto de João Nogueira Jucá

Título Alternativo: Busto do Estudante João Nogueira Jucá

Descrição: Homenagem ao herói fortalezense que morreu aos 17 anos após salvar vidas no incêndio da Casa de Saúde César Cals em 1959. Foi o primeiro Bombeiro honorário do Ceará.

Localização: Praça da Lagoinha/Praça Capistrano de Abreu - Centro - CEP 60.030-170

Título: Busto de José Pessoa de Araújo

Descrição: José Pessoa de Araújo (24/05/1919-30/01/1993) foi fundador da Rádio Uirapuru.

Inauguração: 21 de setembro de 1995

Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160

Título: Busto de Patriolino Ribeiro

Autoria: Prefeitura de Fortaleza

<p>Inauguração: 21 de dezembro de 2015</p> <p>Localização: Praça Patriolino Ribeiro/Praça da OAB - Guararapes</p> <p>Órgãos relacionados: Ordem dos Advogados do Estado do Ceará (OAB Ceará)</p>
<p>Título: Busto de Perboyre e Silva</p> <p>Descrição: Perboyre e Silva (18/09/1905-23/06/1965) foi fundador da ACI (Associação Cearense de Imprensa)</p> <p>Inauguração: 15 de julho de 1975</p> <p>Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160</p>
<p>Título: Busto do Dr. Abdenago da Rocha Lima</p> <p>Inauguração: 19 de maio de 1963</p> <p>Descrição: Ao Dr. Abdenago da Rocha Lima, homenagem do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, ao cinquentenário da sua fundação.</p> <p>Localização: Praça da Lagoinha/Praça Capistrano de Abreu - Centro - CEP 60.030-170</p>
<p>Título: Busto do Senador João de Medeiros Calmon</p> <p>Descrição: Senador João de Medeiros Calmon (07/09/1916-11/01/1999). Homenagem da Associação Cearense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACERT.</p> <p>Inauguração: 23 de setembro de 1999</p> <p>Localização: Praça da Imprensa Chanceler Edson Queiroz - Dionísio Torres - CEP 60.125-160</p>
<p>Título: Coluna da Hora</p> <p>Autoria: projetada pelo engenheiro José Gonçalves da Justa</p> <p>Inauguração: 31 de dezembro de 1933</p> <p>Dimensões: 13 metros de altura</p> <p>Aspectos materiais: em estilo <i>Art déco</i></p> <p>Localização: Rua Floriano Peixoto - Centro - CEP 60.025-060</p>
<p>Título: Escultura de José Gentil</p> <p>Título Alternativo: Busto de José Gentil</p> <p>Autoria: Prefeitura de Fortaleza - Secretaria Regional IV</p> <p>Inauguração: 1961</p> <p>Localização: Praça José Gentil - Gentilândia - CEP 60.020-100</p>
<p>Título: Estátua de Alberto Nepomuceno</p> <p>Inauguração: 31 de março de 1976</p> <p>Descrição: Compositor e Regente, este cearense notabilizou-se por cantar e compor em Português. “Não tem pátria um povo que não canta em sua língua”, era o seu lema. É também compositor do Hino do Ceará.</p>
<p>Título: Estátua de Capistrano de Abreu</p> <p>Autoria: Hildegardo Leão Veloso</p> <p>Descrição: João Capistrano Honório de Abreu. Escritor nascido em Maranguape/CE em 1853, ficou conhecido como Príncipe dos Historiadores Brasileiros. Faleceu no Rio de Janeiro em 1927.</p> <p>Inauguração: 5 de março de 1964</p> <p>Aspectos materiais: fundida em bronze, oca, medindo cerca de 1,90 metro de altura e pesando cerca de 100 quilos</p> <p>Localização: Praça da Lagoinha/Praça Capistrano de Abreu - Centro - CEP 60.030-170</p>
<p>Título: Estátua de Clóvis Beviláqua</p> <p>Localização: Praça Clóvis Beviláqua - Centro - CEP 60.035-180</p>
<p>Título: Estátua de Dragão do Mar</p> <p>Autoria: Murilo de Sá Toledo</p> <p>Descrição: Herói jangadeiro Francisco José do Nascimento, Chico da Matilde, o Dragão do Mar líder do movimento abolicionista no Ceará.</p> <p>Localização: Rua Dragão do Mar, 81 (Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura)</p>
<p>Título: Estátua de Edson Queiroz</p> <p>Título Alternativo: Monumento a Edson Queiroz</p>

<p>Localização: Avenida Washington Soares, 1011 - Edson Queiroz - CEP 60.811-025</p> <p>Aspectos materiais: estátua de bronze</p>
<p>Título: Estátua de Farias Brito</p> <p>Inauguração: 29 de janeiro de 1963</p> <p>Localização: Praça Farias Brito/Otávio Bonfim - Farias Brito - CEP 60.011-280</p>
<p>Título: Estátua de Gustavo Barroso</p> <p>Autoria: Leão Veloso</p> <p>Inauguração: 31 de agosto de 1962</p> <p>Localização: Praça Gustavo Barroso/Praça do Liceu - Centro - CEP 60.010-700</p> <p>Aspectos materiais: estátua esculpida em bronze sobre base de granito</p> <p>Dimensões: 2,14 metros de altura</p>
<p>Título: Estátua de Iracema</p> <p>Título Alternativo: Estátua de Iracema do Palácio Iracema</p> <p>Autoria: Francisco Zanazanan</p> <p>Localização: Avenida Dr. José Martins Rodrigues, 176 (Palácio Iracema) - Edson Queiroz - CEP 60.811-520</p> <p>Material base: resina de acrílico</p> <p>Material aplicado: cristais</p> <p>Inauguração: 15 de fevereiro de 2005</p> <p>Descrição: Homenagem do Governador do Estado do Ceará aos 140 anos de publicação do livro 'Iracema' do cearense José Martiniano de Alencar (1629-1877).A estátua, criação do artista Francisco Zanazanan, foi confeccionada em resina, recoberta por cristal, e representa a personagem principal do romance, a índia Iracema dos 'lábios de mel'.</p>
<p>Título: Estátua de Iracema</p> <p>Título Alternativo: Estátua de Iracema do Rotary Club</p> <p>Autoria: Descartes Gadelha</p> <p>Inauguração: 2002</p> <p>Localização: Avenida Presidente Castelo Branco (Leste/Oeste) - Praia de Iracema</p> <p>Descrição: A estátua mostra Iracema em cima do globo terrestre segurando uma placa do Rotary Clube Fortaleza.</p>
<p>Título: Estátua de Ivens Dias Branco</p> <p>Localização: Praça Portugal - Aldeota - CEP 60.170-010</p>
<p>Título: Estátua de Manuel Dias Branco</p> <p>Localização: Avenida Aguanambi, 4820 (Praça Manuel Dias Branco) - Fátima - CEP 60.055-403</p> <p>Descrição: Este monumento presta homenagem a um português de coração cearense, Manuel Dias Branco, fundador do Grupo M. Dias Branco (Fábrica Fortaleza) nascido em Angeja, Portugal, em 02 de junho de 1904 e falecido em Aveiro, Portugal, em 25 de junho de 1995. Chegou ao Ceará em 1927 e fez de sua vida um exemplo de integridade, seriedade e honradez. Fortaleza, 8 de dezembro de 2005.</p>
<p>Título: Estátua de Martim Soares Moreno</p> <p>Título Alternativo: Monumento em homenagem a Martim Soares Moreno</p> <p>Descrição: Homenagem da 10ª RM ao verdadeiro fundador do Ceará.</p> <p>Inauguração: 27 de abril de 1998</p> <p>Localização: 10ª Região Militar/Forte de Nossa Senhora da Assunção, Avenida Alberto Nepomuceno - Centro - CEP 60.025-130.</p>
<p>Título: Estátua de Patativa do Assaré</p> <p>Autoria: Murilo de Sá Toledo</p> <p>Localização: Rua Dragão do Mar, 81 (Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura)</p> <p>Aspectos materiais: escultura de bronze fundido</p>
<p>Título: Estátua de Rachel de Queiroz</p> <p>Título Alternativo: Estátua da escritora Rachel de Queiroz</p> <p>Autoria: Murilo de Sá Toledo</p> <p>Inauguração: 6 de dezembro de 2005</p>

<p>Localização: Praça dos Leões/General Tibúrcio - Centro - CEP 60.005-100</p> <p>Aspectos materiais: monumento em bronze</p> <p>Descrição: Homenagem do Governo do Estado e do povo do Ceará à escritora Rachel de Queiroz. Fortaleza, 6 de dezembro de 2005.</p>
<p>Título: Estátua de Santa Edwiges</p> <p>Autoria: Francisco José Alencar Diniz (Franciné Diniz)</p> <p>Inauguração: 16 de outubro de 2008</p> <p>Localização: Avenida Castelo Branco (Leste-Oeste), 600 - Moura Brasil</p> <p>Dimensões: 11 metros de altura</p> <p>Aspectos materiais: elaborada em concreto armado com acabamento em resina epóxi</p>
<p>Título: Estátua de Santos Dumont</p> <p>Localização: Praça Brigadeiro Eduardo Gomes - Aeroporto - CEP 60.422-721</p>
<p>Título: Estátua do Dr. Carlos Alberto Studart Gomes</p> <p>Localização: Praça das Flores/Bosque Dr. Carlos Alberto Studart Gomes - Aldeota - CEP 60.170-001</p>
<p>Título: Estátua do Índio Liberto</p> <p>Autoria: Euclides Fonseca</p> <p>Material base: feita de cimento pintado, imitando bronze</p> <p>Localização: Parque Urbano da Liberdade (Cidade das Crianças) - Centro - CEP 60.035-100</p>
<p>Título: Herma de Juvenal Galeno</p> <p>Título Alternativo: Busto de Juvenal Galeno</p> <p>Autoria: escultor Agostinho Balmes Odísio</p> <p>Localização: Rua General Sampaio, 1128 (Casa de Juvenal Galeno) - Centro - CEP 60.020-030</p> <p>Descrição: Homenagem do Ceará a Juvenal Galeno o maior poeta popular do Brasil.</p> <p>Nota da manifestação: o busto se encontrava na praça de Pelotas (atual praça Clóvis Beviláqua), anos depois, foi retirada e hoje está na Casa de Juvenal Galeno</p>
<p>Título: Herma do Capitão José da Penha</p> <p>Título Alternativo: Busto do Capitão José da Penha; Monumento em homenagem ao Capitão José da Penha</p> <p>Inauguração: 15 de novembro de 1919</p> <p>Localização: Praça José Bonifácio/Praça da Polícia - José Bonifácio - CEP 60.040-000</p> <p>Nota da manifestação: Herma de José da Penha costumava ficar na Praça Marquês do Herval (José de Alencar) em frente à Igreja do Patrocínio, mas foi retirada e perambulou por vários logradouros.</p>
<p>Título: Herma do Padre Antônio Tomás</p> <p>Título Alternativo: Busto do Padre Antônio Tomás</p> <p>Inauguração: 11 de agosto de 1944</p> <p>Localização: Praça Gustavo Barroso/Praça do Liceu - Centro - CEP 60.010-700</p> <p>Nota da manifestação: iniciativa do Centro Estudantil Cearense e da Academia Cearense de Letras.</p>
<p>Título: Herma Justiniano de Serpa</p> <p>Título Alternativo: Busto de Justiniano de Serpa</p> <p>Localização: Avenida Santos Dumont, 56 - Centro - 60.150-160</p>
<p>Título: Imagem de Nossa Senhora da Assunção</p> <p>Título Alternativo: Monumento de Nossa Senhora da Assunção</p> <p>Autoria: Francisco José Alencar Diniz (Franciné Diniz)</p> <p>Localização: Barra do Ceará</p> <p>Inauguração: 2007</p>
<p>Título: Imagem de Nossa Senhora de Fátima</p> <p>Autoria: Francisco José Alencar Diniz (Franciné Diniz)</p> <p>Dimensões: 15 metros de altura, sendo 13 metros da estátua, 1,5 metro de base e meio metro da coroa.</p> <p>Aspectos materiais: montada sobre ferro, brita, cimento e gesso, coberta por material acrílico e revestida de tinta e esmalte sintético.</p> <p>Localização: Avenida Treze de Maio (Praça Pio IX) - Bairro de Fátima - CEP 60.040-530</p>

Título: Interceptor Oceânico

Título Alternativo: Monumento do Saneamento; Monumento ao Saneamento Básico; Monumento ao esgoto; Chifre do Governador; cigarro apagado

Autoria: Sérvulo Esmeraldo (1929-2017)

Inauguração: 29 de abril de 1978

Restauração: Em 2011.

História da obra: O Interceptor Oceânico foi uma proposta do Governo do Estado durante o processo de interligação dos esgotos e de interceptação dos cursos d'água, entre o riacho Pajeú e o riacho do Jacarecanga.

Título: Iracema - Musa do Ceará

Título Alternativo: Estátua de Iracema; Estátua de Iracema da Lagoa de Messejana; Banho de Iracema

Autoria: modelo guia feito pelo artista plástico Alexandre Rodrigues

Inauguração: 1º de maio de 2004

Dimensões: 12 metros de altura e 16 toneladas

Aspectos materiais: estrutura de aço revestida por uma resina uretânica especial

Fabricante: IMAGIC!

Localização: Avenida Frei Cirilo (Lagoa da Messejana) - Messejana - CEP 60.840-285

Descrição: A figura representa a personagem da obra de mesmo nome do autor José de Alencar. A virgem dos lábios de mel, como referenciada na obra, encontra-se sentada sobre uma pedra com uma concha em sua mão esquerda, que deveria funcionar como um chafariz, molhando os seus cabelos.

Nota da manifestação: A estátua foi instituída na Lei Ordinária nº 8.710, de 30 de maio de 2003.

Nota de fabricação: De acordo com o diretor da IMAGIC!, Leonardo Fontenele, 16 profissionais trabalharam durante quatro meses para concluir a estátua. O norte-americano Joseph De Cola, que na época estudava o indianismo brasileiro, foi o idealizador do projeto, transformado posteriormente em lei municipal.

Nota do item: A estátua foi construída após o concurso de mesmo nome, promovido pelo Sistema Verdes Mares. Participaram 2.760 candidatas e as características físicas da vencedora, a ex-BBB cearense Natália Nara, que tinha 21 anos na época, serviram como base para o molde do monumento.

Aspectos legais: Estátua de Iracema instituída na Lei Ordinária nº 8.710, de 30 de maio de 2003

Patrocinadores: Prefeitura de Fortaleza, Grupo Edson Queiroz, Telemar, Tim e Banco Nordeste

Título: Iracema Guardiã

Título: Estátua de Iracema; Estátua de Iracema Guardiã; Estátua de Iracema da Beira Mar

Autoria: criada pelo artista plástico cearense Zenon Barreto

Inauguração: 1996

Localização: Avenida Beira Mar, 1140 - Praia de Iracema - CEP 60.060-610

Dimensões: 3,58 metros de altura e 140 quilogramas; sendo, no total, 6 metros de altura, incluindo o pedestal

Aspectos materiais: obra esculpida em ferro e revestida na cor bronze, com fibra de vidro

Restauração: Em 2012, a estátua foi restaurada devido a degradação e a ação de vândalos que cortaram suas mãos. Tal reforma foi assinada pelo escultor Franzé D'Aurora. Em 2022, teve que passar por reparos na estrutura após tombar de sua base.

Nota da manifestação: O artista plástico responsável pela obra, Zenon Barreto, presenteou o amigo e também artista Descartes Gadelha com 12 desenhos detalhados do projeto de sua escultura, a fim de que ela fosse fundida em bronze. Com esse projeto, foi possível construir o arco e as curvas de Iracema proporcionalmente às dimensões do desenho.

Título: Monumento a Getúlio Vargas

Título Alternativo: Busto do Presidente Getúlio Vargas

Autoria: escultor Agostinho Balmes Odísio

Inauguração: 1º de maio de 1941

Localização: Praça Voluntários da Pátria - Centro - CEP 60.135-050

Título: Monumento a Iracema

Título Alternativo: Estátua de Iracema do Mucuri; Martim Soares Moreno e Iracema

Autoria: Corbiniano Lins

Inauguração: 24 de junho de 1965

Localização: Avenida Beira Mar, 4045 - Mucuri - CEP 60.165-121

Restauração: Em maio de 2012.

Descrição: A escultura mostra uma cena do romance onde está Iracema com o seu marido, o português Martim Soares Moreno, o cachorro Japi e o filho do casal, Moacir.

Nota da manifestação: Inaugurada na administração municipal de Raimundo Girão.

<p>Título: Monumento a José de Alencar</p> <p>Título Alternativo: Busto de José de Alencar</p> <p>Autoria: Idealizado pelo poeta Edmar Freitas</p> <p>Inauguração: Maio de 2012.</p> <p>Localização: Rua Padre Pedro de Alencar/Rua Tenente Jurandir Alencar, Praça de Messejana (Lagoa de Messejana) - Messejana - CEP 60.840-280</p> <p>Aspectos materiais: Monumento em forma de busto apoiado em uma base de concreto.</p> <p>Descrição: José de Alencar (1829-1877). Em 1º de maio de 1829 nasceu nesta terra abençoada de Messejana no Sítio Alagadiço Novo, o Escritor José de Alencar, que através da sua grande obra levou o nome de Messejana a todas as partes do mundo. Esta é uma homenagem do povo de Messejana ao seu filho ilustre.</p> <p>Aspectos legais: Autorizado pela Lei 9.795 de 21 de junho de 2011 sancionada pela Exma. Sra. Prefeita de Fortaleza Luizianne Lins. Projeto de Lei de autoria do Vereador Paulo Facó (Projeto de Lei nº de 0188/2010 de 10 de junho de 2010 que dispõe sobre a construção de um monumento em homenagem ao escritor José de Alencar).</p> <p>Órgãos relacionados: Associação de Moradores de Messejana (AMME); Prefeitura de Fortaleza; Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR); Secretaria Executiva Regional VI (SER VI).</p>
<p>Título: Monumento a José de Alencar</p> <p>Título Alternativo: Monumento ao centenário de José de Alencar; Estátua de José de Alencar</p> <p>Autoria: Humberto Cozzo</p> <p>Inauguração: 1929</p> <p>Localização: Rua General Sampaio (Praça José de Alencar) - Centro - CEP 60.015-000</p> <p>Dimensões: 6 metros e meio de altura por uma base de 6,50 por 4 metros</p> <p>Material base: granito branco de Itaquera</p> <p>Nota da manifestação: erguido por iniciativa da Associação Cearense de Imprensa.</p>
<p>Título: Monumento à Mulher - Bárbara de Alencar</p> <p>Título Alternativo: Estátua Bárbara de Alencar</p> <p>Autoria: Zenon Barreto</p> <p>Inauguração: 1992</p> <p>Localização: Avenida Heráclito Graça, 1246 (Praça Bárbara de Alencar) - Aldeota</p> <p>Dimensões: 2 metros de altura sobre um pedestal de 2 metros.</p> <p>Aspectos materiais: estátua sobre um pedestal de concreto revestido de mármore preto</p>
<p>Título: Monumento ao Centenário do Cristo Redentor</p> <p>Autoria: Antônio Machado, Domingos Reis e Severino Moura</p> <p>Título Alternativo: Torre do Cristo Redentor</p> <p>Inauguração: 24 de dezembro de 1922</p> <p>Localização: Praça Cristo Redentor - Centro - CEP 60.060-147</p> <p>Dimensões: 35 metros de altura e 3 metros de circunferência</p> <p>Aspectos materiais: arquitetura em estilo coríntio</p> <p>Descrição: 1922 - Ao Cristo Redentor, por iniciativa do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José e com a generosidade do povo do Ceará foi erigida essa coluna.</p>
<p>Título: Monumento ao Imperador D. Pedro II</p> <p>Título Alternativo: Monumento em homenagem ao Imperador Dom Pedro II</p> <p>Autoria: Augusto Maillard</p> <p>Inauguração: 7 de setembro de 1913</p> <p>Localização: Praça da Sé/Caio Prado - Centro - CEP 60.060-620</p> <p>Aspectos materiais: estátua feita de bronze</p> <p>Descrição: A estátua representa o monarca de pé, em traje de almirante, tendo a mão esquerda apoiada sobre o punho da espada.</p>
<p>Título: Monumento ao General Tibúrcio</p> <p>Autoria: fundida nas oficinas de Thiébaud Frères, em Paris; pedestal produzido pelo artista cearense Frederico Skinner; gradio feito pelo artista cearense Valdevino Soares Freire na Fundação Cearense; colunas fundidas nas oficinas da Estrada de Ferro de Baturité e moldadas por Alfredo Milton de Souza Leão.</p> <p>Inauguração: 8 de abril de 1888</p> <p>Dimensões: 2 metros de altura sobre um pedestal de 2,50 metros.</p> <p>Localização: Praça dos Leões/General Tibúrcio - Centro - CEP 60.030-090</p>

<p>Aspectos materiais: estátua de bronze sobre um pedestal retangular de mármore cercado por um gradil de ferro dourado sobre uma soleira de pedras de Lisboa.</p>
<p>Título: Monumento ao Jangadeiro Título Alternativo: Esculturas Jangadas Autoria: Sérvulo Esmeraldo Inauguração: 1992 Localização: Avenida Beira Mar, 4343 - Mucuripe - CEP 60.165-121</p>
<p>Título: Monumento ao Vaqueiro Autoria: Corbiniano Lins Inauguração: 1965 Localização: Praça Brigadeiro Eduardo Gomes - Aeroporto - CEP 60.422-721 Dimensões: 5,80 x 3,20 x 1,30 m. Aspectos materiais: escultura em concreto</p>
<p>Título: Monumento da Vitória Localização: Avenida Presidente Castelo Branco - Centro Descrição: Monumento mandado erigir pelo Comandante da 1ª RM, Gen. Div. Paulo Roberto Laranjeira Caldas, executado pelo jaguaribano, ex-combatente e cajucutor, Sr. Jaime Tomas de Aquino, projetado e construído pelo arquiteto Augusto Sena na gestão do prefeito municipal Dr. Juraci Magalhães, em homenagem aos vitoriosos soldados brasileiros que, durante os cinco séculos de existência do país, escreveram, em campos de batalha, belíssimas páginas de sua história; lutaram, sofreram e deram tudo de si. Muitos comprometendo a própria vida, em defesa do imenso território da soberania absoluta e do ideal democrático da nação, legando, às gerações futuras, marcantes exemplos de abnegação, destemor, sacrifício, bravura e, sobretudo, forte sentimento de amor ao Brasil. Fortaleza-CE, 25 de julho de 2001.</p>
<p>Título: Monumento ao Almirante Tamandaré Título Alternativo: Monumento em homenagem ao Almirante Tamandaré; Estátua do Almirante Tamandaré Localização: Avenida Beira Mar, 3109 - Meireles - CEP 60.165-121</p>
<p>Título: Mulher Rendeira Autoria: Corbiniano Lins Instalação: 1966 Localização: Avenida Duque de Caxias, 560 (Agência do Banco do Brasil Praça do Carmo) - Centro - CEP 60.035-110 Restauração: realizada pelo artista plástico Chico Lins, filho de Corbiniano Lins, entre 2020 e 2021. Restrição de acesso: A escultura se encontra nos jardins da agência do Banco do Brasil (BB) Praça do Marco.</p>
<p>Título: Obelisco do Ceará Título Alternativo: Obelisco da Vitória Autoria: projeto do desenhista Rubens Diniz Inauguração: 19 de novembro de 1943 Localização: Rua Meton de Alencar (Praça da Bandeira/Clóvis Beviláqua) - Centro - CEP 60.020-031 Dimensões: 6 metros de altura</p>
<p>Título: Panteão Brigadeiro Sampaio Título Alternativo: Pantheon Antônio de Sampaio; Panteão do Brigadeiro Antônio de Sampaio; Estátua do General Sampaio; Monumento ao General Sampaio Inauguração: 24 de maio de 1900 Localização: Avenida Alberto Nepomuceno - Centro - CEP 60.600-620 Aspectos materiais: estátua sobre uma coluna de pedra Descrição: Silêncio! Aqui dorme o bravo! Coberto de espessos véus! Ornam lhe o corpo guerreiro louros, glória e troféus! A sua alma era o seu gênio seu gênio existe nos ecos! Nota da manifestação: Inaugurada, no centro da Praça Castro Carreira, em frente à Estação Central da Estrada de Ferro. Foi a segunda estátua a ser erigida em Fortaleza. Em 1996, foi transferida para a Avenida Alberto Nepomuceno, em frente à 10ª Região Militar, onde foi criado o Pantheon Antônio de Sampaio, em 25 de maio de 1996.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) baseado em Azevedo (2001), Chaves, Veloso e Capelo (2009), Costa (2014b), Diógenes e Duarte Junior (2006), Garcia (2008), Nobre (2009), Sousa (2006) e Veloso (2011).

APÊNDICE B - SELEÇÃO DAS SEÇÕES DO RDA

SEÇÃO	REFERÊNCIA	ELEMENTO	ESCOPO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Seção 1: Atributos de Manifestação e Item	2.3	Título	Palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres que nomeia um recurso.	Considerar a principal fonte de informação o próprio item ou o material que acompanha a manifestação. Caso a informação necessária para identificar a manifestação não conste de uma fonte que faça parte da própria manifestação, retirar de uma das seguintes fontes: a) material de acompanhamento; b) outras descrições publicadas da manifestação; c) um suporte que não é emitido com a manifestação em si (como uma caixa ou estojo feito pelo proprietário); d) qualquer outra fonte disponível (como uma fonte de referência). Exceção: não indicar que a informação foi obtida de uma fonte externa à própria manifestação se a manifestação for de um tipo que normalmente não contém informações de identificação (por exemplo, uma fotografia, coleção, entre outros).
	2.4	Responsabilidade	Agente responsável pela criação ou contribuição para a realização do conteúdo intelectual ou artístico de um recurso.	
	2.8	Publicação	Identificação do(s) local(is) de publicação, o(s) editor(es) e a(s) data(s) de publicação de um recurso.	
	2.10	Fabricação	Identificação do(s) local(is) de fabricação, o(s) fabricante(s) e a(s) data(s) de fabricação de um recurso em formato publicado.	
	2.18	Histórico de Custódia do Item	Registro de propriedade ou custódia anterior de um item.	
	2.19	Fonte Direta de Aquisição do Item	Uma fonte da qual uma agência adquiriu diretamente um item e as circunstâncias em que ele foi recebido.	
	2.20	Identificador do Item	Indicar informação que diferencia um item dentre outros.	
	2.21	Nota do Item	Uma nota fornecendo informações sobre os atributos do item.	
	3.5	Dimensões	Indicar medidas de um suporte ou receptáculo de uma manifestação. Pode-se incluir medidas de altura, largura, profundidade, comprimento, bitola e diâmetro.	A própria manifestação ou qualquer material ou suporte que a acompanhe. Se informações adicionais forem consideradas importantes para identificação ou seleção, obter
	3.6	Material base	Material físico subjacente de uma	

			manifestação.	evidências adicionais de qualquer fonte.
	3.7	Material aplicado	Uma substância física ou química aplicada a um material base de uma manifestação.	
	3.8	Base/suporte	Material físico utilizado como suporte ou suporte ao qual foi anexado o material base de uma manifestação.	
	3.9	Método de produção	Um processo usado para produzir uma manifestação.	
	3.10	Geração	Relacionamento entre um portador original e o portador de uma reprodução feita a partir do original.	
	3.11	Disposição (<i>layout</i>)	Um arranjo de texto, imagens, notação tátil, entre outros, em uma manifestação.	
	4.3	Informações para contato	As informações de contato incluem o nome, endereço, entre outros, do editor, distribuidor, entre outros, de uma manifestação publicada ou do repositório de arquivo que contém o recurso.	Obtenha informações de aquisição e acesso de qualquer fonte.
	4.4	Restrição de acesso	Limitação imposta ao acesso a uma manifestação ou um item.	
	4.5	Restrição de uso	Limitação imposta à reprodução, publicação, exibição, entre outros, de uma manifestação ou item.	
Seção 2: Atributos de Obra e Expressão	6.2	Título da Obra	Uma palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma obra é conhecida.	Obter informações de qualquer fonte.
	6.3	Forma da Obra	Classe ou gênero ao qual uma obra pertence.	

	6.4	Data da Obra	Data mais antiga associada a uma obra. Caso nenhuma data específica possa ser identificada como a data em que a obra foi criada, considerar a data da primeira manifestação conhecida que incorpora a obra como a data da obra.
	6.5	Local de origem da Obra	Um país ou outra jurisdição territorial de origem de uma obra.
	6.7	História da Obra	Um resumo de informações sobre a história de uma obra.
	6.8	Identificador da Obra	Uma sequência de caracteres associada exclusivamente a uma obra ou a um substituto, como um registro de autoridade para uma obra, servindo para diferenciar uma obra das outras.
	6.9	Tipo de conteúdo	Forma fundamental de comunicação em que o conteúdo é expresso e o sentido humano através do qual se pretende que seja percebido. Reflete também o número de dimensões espaciais e a presença ou ausência de movimento.
	6.10	Data da Expressão	Data mais antiga associada a uma expressão. Caso nenhuma data específica possa ser identificada como data de expressão, considerar a data da manifestação mais antiga conhecida que incorpora a expressão como uma data de expressão.
	6.23	Título de uma Obra Religiosa	Palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma obra religiosa é conhecida.

	6.24	Data da Expressão de uma Obra Religiosa	Data mais antiga associada à expressão de uma obra religiosa. Ou data da primeira manifestação conhecida que incorpora a expressão.	Obter informações sobre o conteúdo da própria manifestação. Geralmente, as informações são retiradas de fontes externas.
	7.2	Natureza do conteúdo	Um caráter específico do conteúdo primário de uma obra.	
	7.7	Cobertura de conteúdo	Uma cobertura cronológica ou geográfica do conteúdo de uma obra.	
	7.14	Conteúdo de acessibilidade	Indicação de conteúdo que fornece modos sensoriais alternativos para perceber o conteúdo primário de uma expressão.	
	7.28	Prêmio	Um reconhecimento formal de excelência concedido por um organismo que concede prêmios pelo conteúdo de uma expressão.	
Seção 3: Atributos de Pessoa, Família e Pessoa Jurídica	9.2	Nome da pessoa	Uma palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma pessoa é conhecida.	Obter informações de qualquer fonte.
	9.3	Data associada à pessoa	Uma data significativa associada a uma pessoa.	
	9.4	Título da pessoa	Uma palavra ou frase indicativa de realeza, nobreza, posição ou cargo eclesiástico, ou um termo de tratamento para uma pessoa de vocação religiosa. Outros termos indicativos de posição, honra ou cargo.	
	9.5	Nome completo da pessoa	Um nome ou nomes associados a uma pessoa que inclua a forma mais completa de uma parte de qualquer nome representado.	
	9.6	Outra designação associada à pessoa	Um termo diferente de um título associado a	

			uma pessoa.	
	9.7	Gênero	Gênero com o qual a pessoa se identifica.	
	9.8	Local de nascimento	Uma vila, cidade, província, estado e/ou país em que uma pessoa nasceu.	
	9.9	Local de morte	Uma vila, cidade, província, estado e/ou país em que uma pessoa faleceu.	
	9.10	País associado à pessoa	Um país com o qual uma pessoa está identificada.	
	9.11	Local de residência	Uma vila, cidade, província, estado e/ou país em que uma pessoa reside ou residiu.	
	9.12	Endereço da pessoa	Um endereço de uma pessoa.	
	9.13	Afiliação	Um grupo ao qual uma pessoa está afiliada ou foi afiliada por meio de emprego, associação, identidade cultura, entre outros.	
	9.14	Idioma da pessoa	Uma língua que uma pessoa usa ao escrever para publicação, radiodifusão, entre outros.	
	9.15	Campo de atuação da pessoa	Um campo de atuação ou área de especialização no qual uma pessoa está ou esteve engajada.	
	9.16	Profissão ou ocupação	A vocação ou ocupação de uma pessoa.	
	9.17	Biografia	Um resumo de informações sobre a vida ou história de uma pessoa.	
	9.18	Identificador para pessoa	Uma sequência de caracteres associada exclusivamente a uma pessoa ou a um substituto, como um	

			registro de autoridade para uma pessoa.	
	10.2	Nome da família	Uma palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma família é conhecida.	Obter informações de qualquer fonte.
	10.3	Tipo de família	Uma categorização ou descritor genérico para o tipo de família.	
	10.4	Data associada à família	Uma data significativa associada à família.	
	10.5	Local associado à família	Um local onde a família reside ou residiu ou tem alguma ligação.	
	10.6	Membro proeminente da família	Um indivíduo conhecido que é membro da família.	
	10.7	Título hereditário	Um título de nobreza, ou outro, associado a uma família.	
	10.8	Idioma da família	Uma língua que uma família usa em suas comunicações.	
	10.9	História da família	Um resumo de informações sobre a história de uma família e/ou de seus membros.	
	10.10	Identificador para família	Uma sequência de caracteres associada exclusivamente a uma família, como um registro de autoridade para uma família.	
	11.2	Nome da organização	Uma palavra caractere, ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma pessoa jurídica é conhecida.	Obter informações de qualquer fonte.
	11.3	Local associado à organização	Um local significativo associado a uma organização.	
	11.4	Data associada à organização	Uma data significativa associada à história de uma organização.	
	11.5	Instituição associada	Uma instituição comumente associada a	

			uma organização.	
	11.8	Idioma da organização	Um idioma que uma organização usa em suas comunicações.	
	11.9	Endereço da organização	Um endereço de uma organização.	
	11.10	Campo de atuação da organização	Um campo de negócios em que uma organização está envolvida e/ou área de competência, responsabilidade, jurisdição do órgão, entre outros.	
	11.11	História corporativa	Um resumo de informações históricas de uma organização.	
	11.12	Identificador da organização	Uma sequência de caracteres associada exclusivamente a uma organização, como um registro de autoridade.	
Seção 4: Atributos de Conceito, Objeto, Evento e Lugar	16.2	Nome do Lugar	Uma palavra, caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais um lugar é conhecido.	Obter informações de qualquer fonte.
Seção 5: Relacionamentos primários entre Obra, Expressão, Manifestação e Item	17.5	Expressão da Obra	A realização de uma obra na forma de notação alfanumérica, musical ou coreográfica, imagem, objeto, movimento, entre outros, ou qualquer combinação de tais formas.	Obter informações de qualquer fonte.
	17.6	Obra expressa	Uma obra realizada através de uma expressão.	
	17.7	Manifestação da Obra	Uma personificação física de uma obra.	
	17.8	Obra manifestada	Uma obra incorporada em uma manifestação.	
	17.9	Manifestação da Expressão	Uma personificação física de uma expressão.	
	17.10	Expressão manifestada	Uma expressão incorporada em uma	

			manifestação.	
	17.11	Exemplar de Manifestação (Item)	Um único exemplar ou instância de uma manifestação.	
	17.12	Manifestação exemplificada (Item)	Uma manifestação exemplificada por um item.	
Seção 6: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	18.4	Relacionamentos com Agentes Associados a uma Obra, Expressão, Manifestação ou Item	Registrar o relacionamento entre a obra, expressão, manifestação ou item e um agente associado.	Obter informações de qualquer fonte.
	18.5	Designador de Relacionamento	Um designador que indica a natureza de um relacionamento entre entidades representadas por pontos de acesso autorizados, descrições e/ou identificadores.	
	19.2	Criador	Uma pessoa, família ou entidade corporativa responsável pela criação de uma obra.	
	19.3	Outro Agente associado à Obra	Um agente que não seja um criador associado a uma obra.	
	20.2	Contribuinte	Um agente que contribui para uma expressão. Incluindo editores, tradutores, arranjadores de música, intérpretes, entre outros.	
	21.3	Editor	Um agente responsável por publicar, liberar ou emitir um recurso.	
	21.5	Fabricante	Um agente responsável pela impressão, duplicação, fundição, entre outros, de um recurso em formato publicado.	
	21.6	Outro Agente associado à Manifestação	Um agente que não seja produtor, editor, distribuidor ou fabricante associado a uma manifestação.	

	22.2	Proprietário	Um agente com posse legal de um item.	
	22.3	Custodiante	Um agente que tem a custódia legal do item.	
	22.4	Outro Agente associado ao Item	Um agente que não seja proprietário ou custodiante do item.	
Seção 7: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	23.4	Relacionamento de Assunto	Um relacionamento entre uma obra e um identificador, um ponto de acesso autorizado e/ou uma descrição que indica o assunto.	Obter informações de qualquer fonte.
	23.5	Designador de Relacionamento	Um designador que indica a natureza de um relacionamento entre entidades representadas por pontos de acesso autorizados, descrições e/ou identificadores.	
Seção 8: Relacionamentos entre Obras, Expressões, Manifestações e Itens	25.1	Obra relacionada	Uma obra que está associada à obra que está sendo descrita.	Obter informações de qualquer fonte.
	26.1	Expressão relacionada	Uma expressão associada à expressão que está sendo descrita.	
	27.1	Manifestação relacionada	Uma manifestação que está associada à manifestação que está sendo descrita.	
	28.1	Item relacionado	Um item que está associado ao item que está sendo descrito.	
Seção 9: Relacionamentos entre Pessoas, Famílias e Pessoas Jurídicas	30.1	Pessoa relacionada	Uma pessoa associada ao agente que está sendo identificado.	Obter informações de qualquer fonte.
	31.1	Família relacionada	Uma família associada ao agente que está sendo identificado.	
	32.1	Pessoa Jurídica relacionada	Uma pessoa jurídica associada ao agente que está sendo identificado	
Seção 10: Relacionamentos entre Conceitos, Objetos, Eventos e Lugares	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2023) baseado em RDA Toolkit (2018).